



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

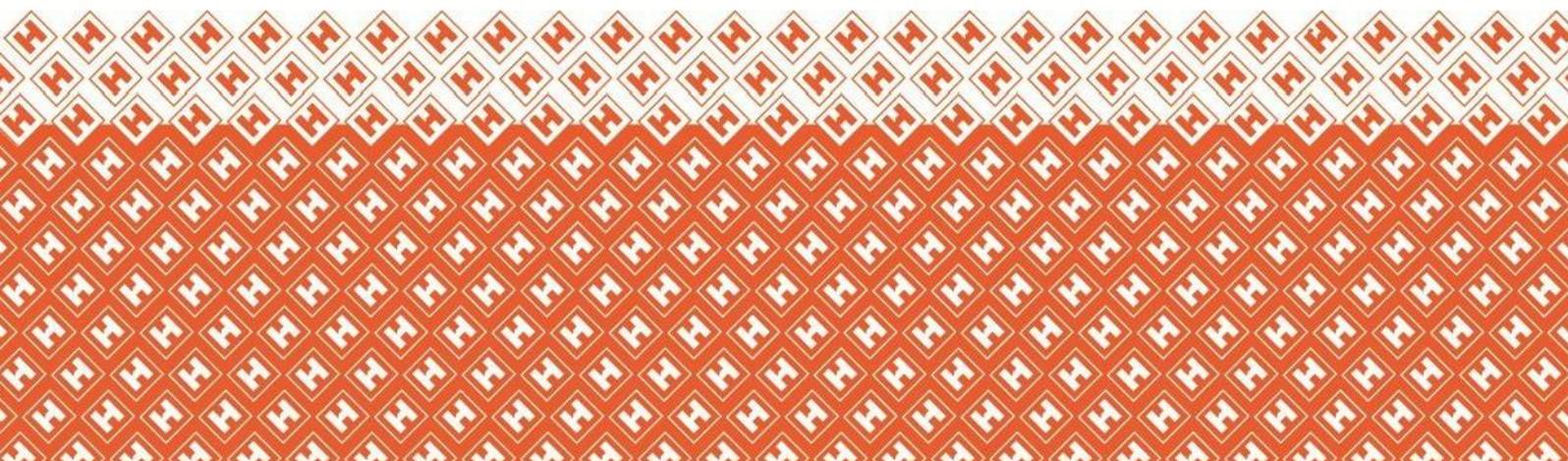
**Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Educação – CAMPUS I
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História**

MÁRCIA CLÊIDE CARVALHO MUNIZ

**A CASA DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA: UMA PROPOSTA
DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA
BAHIA**

Salvador - Bahia

2021



MÁRCIA CLÊIDE CARVALHO MUNIZ

**A CASA DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA: UMA PROPOSTA DE
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA
BAHIA**

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado Profissional em Ensino de
História da Universidade do Estado da
Bahia – UNEB, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ensino
de História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças
de Andrade Leal

SALVADOR-BA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

M966c

Muniz, Márcia Cléide Carvalho

A CASA DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA: UMA PROPOSTA DE
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA BAHIA /
Márcia Cléide Carvalho Muniz. - Salvador, 2021.

86 fls.

Orientador(a): Dr^a Maria das Graças de Andrade Leal.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História
- PROFHISTORIA, Campus I. 2021.

1.Ensino de História. 2.Educação Patrimonial. 3.História Local. 4.Casa da
Torre de Garcia D'Ávila.

CDD: 981

MÁRCIA CLÊIDE CARVALHO MUNIZ

**A CASA DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA: UMA PROPOSTA DE
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Salvador, 10 de Dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria das Graças de Andrade Leal – UNEB (Orientadora)

Prof. Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil - UFRGS

Prof. Dra. Sara Oliveira Farias - UNEB

DEDICATÓRIA

Ao meu avô, Fulô, e à minha avó, Marina.

À minha mainha (in memoriam), pelo amor incondicional dedicado a mim. Sem vocês, nada em minha vida seria possível.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido na concretização desse sonho foi de muitos dilemas, dificuldades, superação, medo, tristeza, mas também de muita solidariedade e empatia por parte de pessoas que, em vários momentos desse percurso, se dispuseram a caminhar junto a mim. Pessoas, sem as quais, esse trabalho, talvez não se materializasse. Guardarei para sempre em meu coração cada palavra de incentivo, de força, de estímulo que foi dispensada a mim durante esse percurso.

Agradeço aos seres superiores, espíritos de luz por iluminar meu caminho nessa caminhada.

Quero agradecer aos meus avós maternos, Florêncio e Marina (*in memoriam*) que foram meus pais de criação e coração, meus alicerces, que sempre fizeram os maiores sacrifícios para que eu pudesse estudar e chegar até aqui; aos meus pais biológicos Terezinha e Carlos; aos meus tios Florice e Manoel; aos meus irmãos e irmãs Ueliton, Carina, Tâmara, Madson e Carlos e aos demais familiares pelo incentivo, cada um do seu jeitinho, e por confiarem e acreditarem em mim.

Agradeço aos meus professores do Mestrado pelos conhecimentos partilhados e em especial à minha orientadora Maria das Graças de Andrade Leal pelas orientações enriquecedoras no processo de construção da dissertação.

Meus agradecimentos ao Mestrado Profissional em Ensino de História, à Universidade do Estado da Bahia – UNEB por proporcionar a realização desse sonho e à Coordenação e Secretaria do Programa na pessoa da professora Cristiana Ximenes e de Jolima, respectivamente, pelo trabalho desenvolvido à frente do curso.

Um agradecimento especial ao professor Ângelo Emílio da Silva Pessoa pelas conversas e orientações acerca da história da Casa da Torre.

Agradeço ao meu grande amigo e companheiro Ruy Braga que, de forma generosa, me apoiou e incentivou tornando esse processo em muitos momentos mais leve e produtivo.

Aos meus colegas de turma Soraia, Silvana, Kleidiane, Nainalva, Flávia, Wagner, Jeovane, Francisco Wbirajara (Bira), Everaldo, Tiago, Anderson, Antônio, Eduardo pelo apoio mútuo e pela relação de amizade construída, em especial aos sensíveis Lidiane, Aryana, James, Hermida e à florzinha Josene, pelo carinho, amor, pela escuta sensível nesse percurso e pela amizade que extrapolou o vínculo acadêmico, tornando-se amores da minha vida.

Às minhas amigas Line, Cris, Kel, Sandy, Suzy, Claudinha, Lourdes, Vivi e Zeu pelas

palavras de carinho e incentivo de sempre. Amo cada uma de vocês!

Gratião à minha querida Aurelielza, Léa, pelas trocas de conhecimento, palavras de encorajamento e por sempre me lembrar de que somos a razão da luta e resistência dos nossos ancestrais.

Agradeço de forma bem carinhosa a Ailton Longo pelo apoio e incentivo, por sempre acreditar e me apoiar em meus mais diversos, sérios e loucos planos. Sou eternamente grata por tudo o que fez por mim nessa caminhada.

Ao meu amigo Leandro Bulhões, Léozinho, toda a minha gratidão por ter segurado a minha mão e ajudado a me erguer em um dos momentos mais difíceis desse processo. Sem você meu amigo, dificilmente isso seria possível. Amo você!!

Às dezenas de vibrações positivas a mim emanadas por diversos amigos e amigas por meio do mantra “Eu acredito em você”. A todos, todas e todes, muito obrigada!!

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as
possibilidades para a sua própria produção ou
a sua construção.”

Paulo Freire

MUNIZ, Márcia Cleide Carvalho. A Casa da Torre de Garcia D'Ávila: uma proposta de educação patrimonial para o ensino de História. 2021. Orientadora: Maria das Graças de Andrade Leal. 81 f. il. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

RESUMO

As ruínas da *Casa da Torre de Garcia d'Ávila*, localizada no município de Mata de São João, Bahia, faz parte do Patrimônio Cultural brasileiro, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938 e, atualmente, configura-se em um ponto turístico que recebe visitantes de diversas regiões do país e estudantes de diferentes instituições de ensino. Entre os aspectos que atraem esses visitantes ao local está a sua importância histórica no contexto da Bahia colonial, reforçada pelo imaginário criado em torno desse conjunto arquitetônico repleto de lendas, batalhas heróicas e conflitos em torno da antiga edificação, além da ideia de a ruína representar o único modelo, nas Américas, de um castelo de características medievais. Nesse sentido, a presente dissertação intitulada “A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: uma proposta de educação patrimonial para o ensino de História da Bahia” tem como objetivo inserir a Educação Patrimonial no ensino de História, tomando o patrimônio da *Casa da Torre de Garcia d'Ávila* como fonte do conhecimento histórico, numa perspectiva mais crítica dos processos que envolvem a história da Casa da Torre e sua constituição enquanto patrimônio cultural. A partir de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, buscou-se fazer uma discussão acerca da produção historiográfica sobre a história da Casa da Torre, a fim de desenvolver práticas pedagógicas de problematização do patrimônio local no processo de ensino e aprendizagem, a partir de uma metodologia de educação patrimonial. Este estudo que está inserido na linha de pesquisa Saberes Históricos em diferentes espaços de memória, do Programa PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado da Bahia – Campus I apresenta ao final uma sequência didática como proposta pedagógica, para professores de história, voltada para o reconhecimento da importância da educação patrimonial e da história local no ensino da História.

Palavras-chave: Ensino de História. História Local. Patrimônio Cultural. Casa da Torre. Educação Patrimonial.

MUNIZ, Márcia Cleide Carvalho. The Tower House of Garcia d'Ávila: A proposal for heritage education for the teaching of History. 2021. Advisor: Maria das Graças de Andrade Leal. 81 f. II. Dissertation (Professional Master in History Teaching) Bahia State University, Salvador, 2021.

ABSTRACT

The ruins of the Tower House of Garcia d'Ávila, located in Mata de São João, Bahia, are part of the Brazilian Cultural Heritage, listed by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) in 1938, and are currently configured as a tourist spot that receives visitors from different regions of the country and students from different educational institutions. Among the aspects that attract these visitors to the place is its historical importance in the context of colonial Bahia, reinforced by the imagery created around this architectural ensemble, full of legends, heroic battles, and conflicts around the old building, in addition to the idea that the ruins represent the only model, in the Americas, of a castle with medieval characteristics. On this matter, the present dissertation entitled "The Tower House of Garcia d'Ávila: A proposal for heritage education for the teaching of history" aims to insert heritage education into the teaching of History, taking the heritage of the Tower House of Garcia d'Ávila as a source of historical knowledge, in a more critical perspective of the processes that involve its history and its constitution as cultural heritage. From a qualitative bibliographic research design, this dissertation sought to discuss the historiographical production on the history of the Tower House, in order to develop pedagogical practices for problematizing local heritage in the teaching and learning process, through heritage education methodology. This study, which is part of the research line Historical Knowledge in Different Spaces of Memory, of the PROFHISTÓRIA Program (Professional Master in History Teaching at the Bahia State University – Campus I) presents at the end a didactic sequence as a pedagogical proposal for teachers, aimed at recognizing the importance of heritage education and local history in the teaching of History.

Keywords: History Teaching. Local History. Cultural heritage. Tower House. Heritage Education.

LISTA DE IMAGENS

| | | |
|-----------|--|----|
| Imagem 1 | Fachada frontal da ruína da Casa da Torre de Garcia d'Ávila e da Capela de Nossa Senhora da Conceição..... | 24 |
| Imagem 2 | Fachada lateral da ruína da Casa da Torre de Garcia d'Ávila..... | 25 |
| Imagem 3 | Fachada lateral da ruína da Casa da Torre de Garcia d'Ávila..... | 25 |
| Imagem 4 | Parte frontal da maquete representando o que teria sido a construção original da Casa da Torre..... | 26 |
| Imagem 5 | Parte do fundo da maquete representando o que teria sido a construção original da Casa da Torre..... | 27 |
| Imagem 6 | Artefatos de cerâmica da cultura indígena..... | 27 |
| Imagem 7 | Artefatos de cerâmica da cultura afro-brasileira..... | 28 |
| Imagem 8 | Artefatos de metais..... | 29 |
| Imagem 9 | Artefatos de cerâmica da cultura portuguesa..... | 30 |
| Imagem 10 | Placa informativa localizada na entrada do parque..... | 38 |

LISTA DE MAPAS

| | | |
|--------|---|----|
| Mapa 1 | Mapa do Município de Mata de São João | 23 |
|--------|---|----|

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-----------|---|----|
| Gráfico 1 | Trabalhos com o tema Educação Patrimonial por ano de publicação..... | 51 |
| Gráfico 2 | Trabalhos desenvolvidos no Mestrado Profissional com área de concentração - Ensino de História..... | 51 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-------------|--|
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| PROFHISÓRIA | Mestrado Profissional em Ensino de História |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 16 |
| 2 | A CASA DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA NA HISTÓRIA..... | 22 |
| 2.1 | A Casa da Torre, monumento de cultura..... | 22 |
| 2.2 | A Casa da Torre como objeto historiográfico..... | 30 |
| 2.3 | Histórico da Casa da Torre Garcia d'Ávila..... | 35 |
| 2.4 | Casa da Torre, monumento de barbárie..... | 42 |
| 3 | ENSINO DE HISTÓRIA E OS DEBATES EM TORNO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DA HISTÓRIA LOCAL..... | 45 |
| 3.1 | O Patrimônio Cultural e o Ensino de História..... | 45 |
| 3.2 | As possibilidades da Educação Patrimonial no ensino de História..... | 50 |
| 3.3 | A História Local e o Ensino de História..... | 58 |
| 4 | A CASA DA TORRE NA HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..... | 63 |
| 4.1 | A dimensão propositiva..... | 65 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 80 |
| | REFERÊNCIAS..... | 82 |
| | ANEXO..... | 86 |

1. INTRODUÇÃO

As memórias dizem muito sobre aquilo que conhecemos e acreditamos. Não é por acaso que me tornei professora de história e escolhi estudar o objeto tema dessa dissertação. Sempre falamos de um local demarcado pelas trajetórias pessoais e profissionais, e comigo também foi assim. Defendo, inicialmente, que seria impossível começar um trabalho cujos pilares estão sustentados na história e memória sem antes registrar um pouco daquilo que vi, vivi e senti, tornando-me assim a pesquisadora que ora se ocupa do estudo da educação patrimonial.

Nasci em Salvador e cresci em Monte Gordo, distrito de Camaçari, Bahia. Sou a filha mais velha de seis irmãos, por parte de mãe, e de um irmão, por parte de pai. Meus pais nunca moraram juntos e, assim que nasci, fui cuidada e educada pelos meus avós maternos, Mainha (minha avó) e Fulô (meu avô), falecidos na década de 2000. Estes, desde cedo, me apoiaram nos estudos, muitas vezes fazendo sacrifícios para garantirem a minha permanência na escola.

Desde pequena sempre desejei ser educadora e relembro que, quando tinha 12 anos, por volta de 1993, tive uma escolinha que funcionava na sala da minha casa, chegando a ter 35 alunos frequentando regularmente as atividades. Essa escolinha atendia principalmente crianças da educação infantil que não estavam matriculadas na educação formal, uma vez que a legislação não obrigava a oferta dessa etapa da educação básica.

Essa aproximação com a educação me fez perceber, ainda na adolescência, a importância da profissão. Fiz a maior parte do ensino fundamental em Monte Gordo e o ensino médio no Colégio Central, em Salvador. Meu relacionamento com a História se inicia com o encanto proporcionado pelas aulas ministradas pelo professor Edmundo Franco no cursinho pré-vestibular Base, localizado no bairro de Nazaré, em Salvador. Fiquei completamente apaixonada por esta ciência e tão encantada pela forma como o professor ministrava as aulas, que gravava todas elas em fita cassete para escutá-las em casa. Anos depois, ingressei na licenciatura em História, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Santo Antônio de Jesus.

Ao longo da minha formação acadêmica, foi possível compreender alguns aspectos do exercício da docência, mas foi no chão da escola, quando passei a exercitar a profissionalização docente, que pude perceber a elevada importância que o trabalho, por mim desenvolvido, tinha. Percebo hoje, o quanto é importante, além de um compromisso com o ensino da História, a afetividade. Compreendi a importância de poder a cada dia renovar a esperança de cada um dos meus alunos e alunas na educação e no seu potencial, e fiz disso

uma ferramenta no exercício da docência.

O desejo de cursar um mestrado sempre fez parte dos meus planos desde a época da graduação. No entanto, outras necessidades me fizeram adiar esse sonho por cerca de dez anos, realizando-o apenas no ano de 2017, quando ingressei na segunda turma do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), ofertado pela Universidade do Estado da Bahia. Logo de início esse acontecimento causou um grande impacto em minha vida pessoal e profissional, visto que além de estar afastada da academia há mais de uma década, precisei conciliar o mestrado com uma carga horária de trabalho de 60 horas semanais, distribuídas em duas escolas nos municípios de Mata de São João e Camaçari, ambas na região metropolitana de Salvador. Apesar do esforço empreendido para cursar o mestrado frente às problemáticas citadas, a alegria de estar realizando um sonho tornou-as pequenas diante da gama de conhecimento que estava adquirindo, das novas experiências então vivenciadas e das relações construídas e solidificadas no processo; as quais marcarão para sempre a minha vida pessoal e minha experiência profissional.

Logo no início das aulas, nós mestrandos somos informados da obrigatoriedade de construirmos uma dimensão prática para o ensino de história, um produto final para aplicarmos, preferencialmente, na nossa prática pedagógica no ambiente escolar do qual fazemos parte. E isso, certamente, é um dos pontos mais desafiadores dessa modalidade de pós-graduação *stricto sensu*.

A escolha do monumento da Casa da Torre de Garcia d'Ávila como objeto da pesquisa advém da minha experiência como professora na rede municipal do município de Mata de São João¹. O referido monumento está localizado a 4,7 km da comunidade do Açuzinho, local onde está situada a Escola Municipal João Pereira Vasconcelos², na qual exerço a minha atividade profissional e onde se desenvolveu a pesquisa. Dessa forma, considero que o monumento da Casa da Torre de Garcia d'Ávila é um ponto de interesse para desenvolver, junto aos/às estudantes, metodologias de ensino- aprendizagem que possam contribuir para a construção de novos conhecimentos acerca do patrimônio local onde se encontra a comunidade escolar da qual faço parte.

A Escola Municipal João Pereira Vasconcelos é relativamente nova, tem apenas doze anos de funcionamento. Presenciei o final do processo de sua construção, visto que

¹ A cidade de Mata de São João está situada na região metropolitana, a cerca de 80 km da capital Salvador, na Bahia. Com cerca de 40.183 habitantes, a cidade possui uma taxa de escolarização de 98,1 % para pessoas entre 6 e 14 anos de idade (IBGE, 2010).

² A escola está localizada na Rua Direta do Açuzinho, s/n, Açuzinho, no município de Mata de São João-BA.

começamos o ano letivo em 09 de março de 2009, em meio aos operários - e o barulho de suas máquinas e ferramentas - em ritmo acelerado para findar a obra, comprometendo a concentração dos estudantes e interferindo significativamente no processo ensino-aprendizagem. A escola, que tem 788 estudantes³, é classificada como de grande porte e atende o Ensino Fundamental I e II regulares e a Educação de Jovens e Adultos, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A escola é composta de dez salas de aula, uma biblioteca, cinco banheiros, dos quais apenas quatro são utilizados, dois para estudantes (um feminino e um masculino) e dois para atender aos demais funcionários da escola e visitantes. Possui ainda um pequeno refeitório, uma sala dos professores, uma secretaria, a sala de direção e uma sala reservada ao Atendimento Especializado Educacional (AEE). No seu entorno há uma quadra esportiva, que além de atender as demandas educacionais, como as aulas de Educação Física e atividades pedagógicas variadas, também é utilizada pela comunidade. A escola, assim como acontece em várias outras, também padece de ações de depredação. É comum ver suas paredes riscadas, carteiras quebradas, ventiladores de teto e diversos materiais danificados ou completamente destruídos e até roubos de objetos; recursos audiovisuais e alimentos que seriam utilizados para a merenda.

Os estudantes vêm de famílias, em sua maioria, com renda entre um e dois salários-mínimos, assistidas, em alguns casos, por programas sociais do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família⁴. A maioria das famílias atua de forma direta ou indireta na atividade turística, em busca da sobrevivência, executando funções em lojas, restaurantes, bares e barracas nas praias do litoral, pousadas e empreendimentos hoteleiros de grande porte instalados na região. Por ser uma região turística, atrai muitas pessoas de outras cidades, estados e até de outros países em busca de emprego ou de investimento, o que gera uma rotatividade muito grande de pessoas na região. Isso acaba influenciando, em certa medida, na clientela da escola, sendo muito comum ao longo do ano estudantes sendo transferidos pelo fato de os pais estarem indo embora, muitas vezes retornando para a terra natal ou sendo matriculados, pelo fato de os responsáveis estarem chegando à região para trabalhar ou à procura de emprego.

³ Dados do ano 2021 fornecidos pela direção da escola.

⁴ É um programa de transferência de renda, de forma direta que busca garantir às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde, almejando a superação da situação de vulnerabilidade e pobreza.

A rede municipal procura manter uma política de matricular estudantes nas escolas das comunidades nas quais residem. Nessa perspectiva, a escola João Pereira Vasconcelos seria para atender apenas aos/as alunos (as) residentes na comunidade do Açuzinho e em seu entorno. No entanto, a escola acaba recebendo alunos (as) de várias outras comunidades do próprio município, como, por exemplo, Praia do Forte, Açú da Torre, Malhadas, além de matricular alunos (as) oriundos (as) do município vizinho, Camaçari, como Barra de Pojuca e Monte Gordo, localizados a cerca de 10 km e 17 km de distância da escola, respectivamente. Portanto, a comunidade escolar é bem diversificada fortalecendo a importância e relevância de problematizar pedagogicamente, no ensino de história, monumentos históricos situados na região.

O fascínio que os monumentos em estado de ruínas provocam aos seus visitantes, as inúmeras interpretações e imaginações do que outrora fora aqueles espaços, desperta variadas emoções e sentimentos. Para Pesavento (2010, p. 13), “[...] a ruína é materialidade que carrega consigo valores que comportam passado, presente, futuro, todas as operações imaginárias de sentido que dão a ver e dão a ler um outro tempo”. As ruínas, da mesma forma, vêm se constituindo como objetos de desejo para estudos da/na educação básica, bem como para pesquisas acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento como a História, Artes, Geografia, Arquitetura, Educação, Museologia, Turismo, entre outras, resultando em diversas e diferentes interpretações e abordagens. Enquanto fonte, as ruínas são um rico e fértil campo de pesquisa de natureza multidisciplinar, podendo, através de suas evidências e testemunhos históricos e artísticos, ser utilizadas por diferentes áreas do saber.

No crescente interesse de diferentes áreas do conhecimento pelos monumentos, a Educação patrimonial tem-se configurado em uma das principais propostas empregadas em seu aproveitamento, podendo exercer, se utilizado os mecanismos apropriados, um importante papel no processo de renovação do ensino, principalmente, de História.

No município de Mata de São João, leciono há um pouco mais de 10 anos nas turmas do ensino fundamental II e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao longo desse tempo, sempre me inquietou o fato de termos um reconhecido patrimônio cultural tão próximo e de só fazermos uso dele em momentos esporádicos, como espaço de recreação ou simplesmente como um espaço para momentos de fuga e de alívio das agruras da sala de aula.

Há pouca ou nenhuma preparação ou planejamento realizado junto aos/às estudantes para a construção de conhecimentos prévios e outros suportes sobre o patrimônio a visitar. Faz-se necessário viabilizar esse preparo que antecede a visita.

Durante a visitação, normalmente é delegada a tarefa de abordagem da história desse

patrimônio exclusivamente aos guias locais que, sem nenhuma formação acadêmica na área de História ou de Patrimônio Cultural, apresentam seus saberes aos visitantes, que tomam as palavras e histórias apresentadas como verdadeiras. A situação é tão alarmante que existem colegas que já trabalham há vários anos no município e nunca realizaram uma visita a esse espaço. Mas quais seriam os motivos para esse tipo de prática entre nós professores? Entre as razões está o limitado conhecimento acerca da história desse patrimônio material, o que faz com que nos sintamos despreparados para construirmos e ministrarmos aulas sobre a história local. Por isso, enfrentamos dificuldades na elaboração de um planejamento didático para uma aula de campo sobre a história da Casa da Torre.

Essas são algumas inquietações que apresentam a necessidade de se discutir a importância da Casa da Torre em sala de aula e possibilitar aos/às estudantes, principalmente, uma leitura crítica sobre esse espaço de memória. Portanto, o grande desafio dessa proposta de pesquisa, ao transformar o patrimônio da Casa da Torre em objeto de estudo, problematizando-o à luz de novas abordagens, é mostrar as potencialidades de uso desse bem material como fonte histórica de grande relevância para o ensino de história. Nesse sentido, como desenvolver uma proposta de Educação Patrimonial sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila para o ensino de história numa perspectiva problematizadora?

No sentido de atender à questão central, a presente proposta de pesquisa se construiu com o objetivo geral de inserir a Educação Patrimonial no ensino de História, tomando o patrimônio da Casa da Torre como fonte do conhecimento histórico, a fim de desenvolver práticas pedagógicas de problematização do patrimônio local. Para atingir o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: realizar um levantamento bibliográfico a respeito da Casa da Torre; discutir a importância dos temas do patrimônio cultural e da Educação Patrimonial e da história local no ensino de História; elaborar uma proposta de educação patrimonial problematizadora, utilizando o patrimônio da Casa da Torre de Garcia d'Ávila como objeto e fonte do conhecimento histórico.

Partindo dessas inquietações, acreditamos que os/as estudantes poderão compreender o processo de construção de uma tradição que foi edificada em torno deste e que, ainda hoje, permeia a imaginação da população. Acreditamos que essas inquietações também poderão estimular a criticidade acerca do processo de patrimonialização dos espaços de memória. Além disso, outros aspectos importantes dessa forma de fazer educação escolarizada são os de provocar a curiosidade, estimular a pesquisa, despertar o prazer em aprender e construir uma identidade de pertencimento com o local.

Defende-se ainda que, academicamente, a presente pesquisa justifica-se no sentido de

contribuir para a ampliação do número de trabalhos que abordam a Casa da Torre como objeto central de pesquisa histórica. Da mesma forma, justifica-se pelo fato de quando essa investigação se desloca para a área da educação e, mais estritamente, do ensino de história e da educação patrimonial, os trabalhos relacionados ao uso da Casa da Torre de Garcia d'Ávila como objeto de estudo são inexistentes, visto que não foi encontrado exemplar algum de bibliografia especializada na internet, bem como nas pesquisas realizadas no banco de teses e dissertações da Capes. Sendo assim, a presente proposta de pesquisa torna-se relevante na medida em que contribui para a ampliação das pesquisas no campo das produções acadêmicas relacionadas ao patrimônio cultural da Casa da Torre e a sua utilização como fonte para o ensino de história.

A presente dissertação se insere na linha de pesquisa “Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória” e está estruturada em três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, discuto como a historiografia aborda a história da Casa da Torre, apresentando aspectos da sua trajetória e, ainda, os usos do patrimônio e do espaço no qual está inserido atualmente. No segundo capítulo, faço uma discussão acerca da relação entre patrimônio cultural, educação patrimonial, história local e o ensino de história. No terceiro e último capítulo, descrevo a proposta metodológica a ser desenvolvida no ensino de história, tendo o patrimônio da Casa da Torre como elemento central. Essa proposta evidencia, a partir do patrimônio da Casa da Torre, outras problemáticas que cercam o trabalho com o patrimônio cultural no ensino de História. Por fim, apresento nas considerações finais o trajeto percorrido no processo de investigação e construção dessa pesquisa e a relevância do trabalho para o ensino de História.

2 - A CASA DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA NA HISTÓRIA

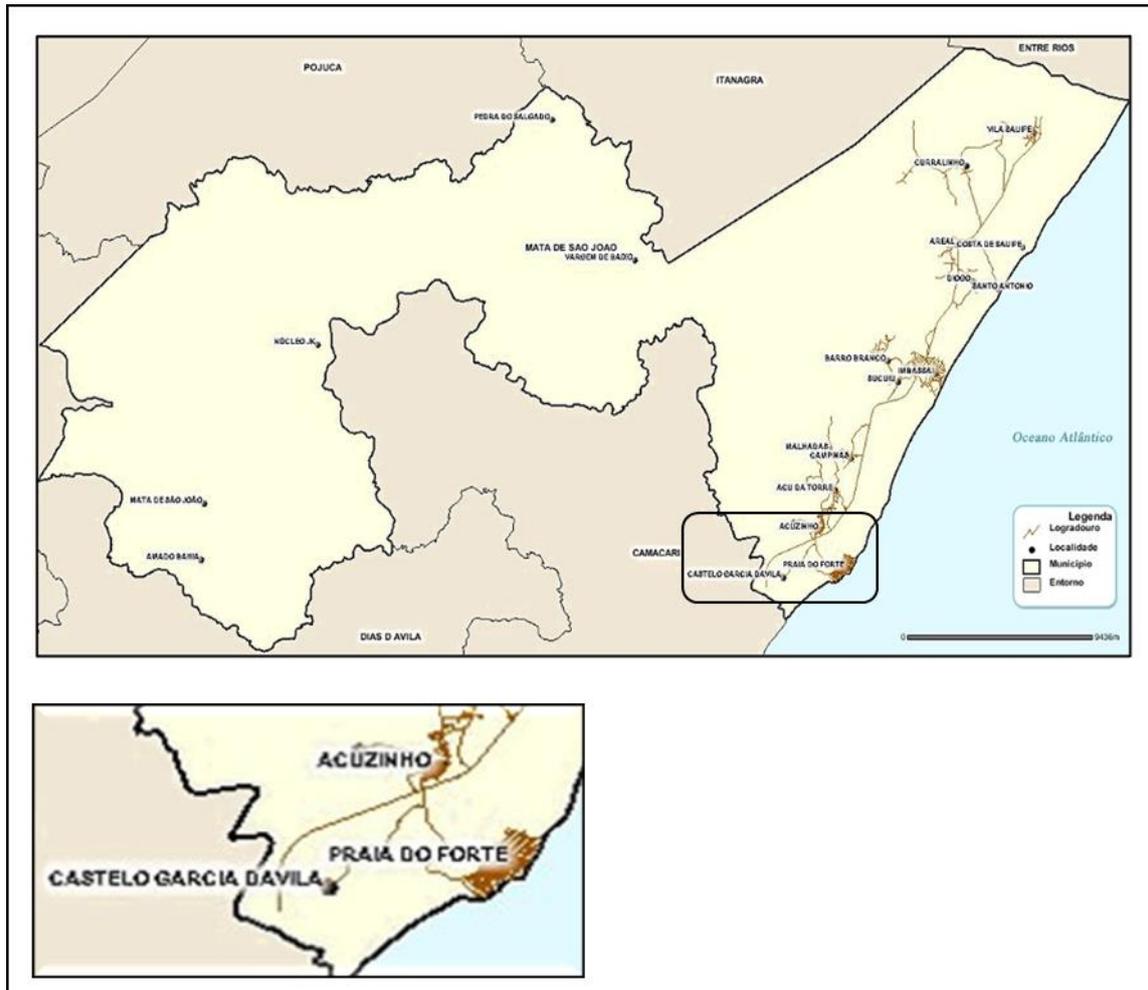
Nesse capítulo está apresentada uma discussão acerca do monumento da Casa da Torre de Garcia d'Ávila e sua história⁵. No primeiro momento analiso aspectos do papel da Casa da Torre, mostrando os usos culturais do seu espaço na atualidade. No segundo momento, a partir de algumas obras, realizo uma discussão da Casa da Torre enquanto objeto historiográfico. Em um terceiro momento demonstro, brevemente, aspectos da história da Casa da Torre e o seu papel desempenhado em alguns episódios da história da Bahia e do Brasil. Por fim, no último momento discuto a Casa da Torre enquanto monumento de barbárie, sobre o que aponto o caráter violento da Casa da Torre no processo de constituição e expansão dos seus domínios na história colonial da Bahia.

2.1 - A Casa da Torre, monumento de cultura

As ruínas da Casa da Torre de Garcia d'Ávila estão localizadas em Praia do Forte, no município de Mata de São João, a cerca de 80 km de Salvador, Bahia. Tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), esse monumento, que possui várias denominações, entre as quais Castelo da Torre de Garcia d'Ávila, Torre de Garcia d'Ávila, Torre de Tatuapara, Solar da Torre ou Solar de Tatuapara ou simplesmente Castelo da Torre e Casa da Torre de Garcia d'Ávila, integra um conjunto arquitetônico composto do prédio principal, em estado de ruínas, e da capela de Nossa Senhora da Conceição, localizados no alto de uma colina e rodeados por uma vegetação rasteira e resquícios de Mata Atlântica.

⁵ A história da Casa da Torre tem início com a chegada de Garcia d'Ávila, junto com a comitiva de Tomé de Sousa, em 1549.

Mapa 1 - Mapa do Município de Mata de São João



Fonte: Conder (editado)

A área tombada inclui, além do edifício principal e da capela, toda a área onde está localizado o monumento até a orla marítima, na Enseada de Tatuapara, atual Praia do Forte, conforme consta no Livro do Tombo de Belas Artes, inscrição nº 43, de 30 de abril de 1938⁶, passando a integrar o rol de bens classificados como patrimônio histórico e artístico nacional e representativos simbolicamente da identidade e memória do país.

O monumento já passou por três processos de conservação, entre 1957-1959, 1979-1981 e 1999 e 2001 (PONTES, 2010, p. 68), tornando-se uma referência no rol do patrimônio cultural do país⁷. Na atualidade, constitui-se em um dos principais cartões-postais do turismo

⁶IPHAN. **Consulta do tombamento da Casa da Torre.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1070. Acesso em 15 abr. 2019. Registrada a partir do Número de Processo 128-T-1938.

⁷ A *conservação* de um monumento em estado de ruína engloba medidas, como a manutenção, que visam a preservar o bem e o lugar sem agredi-los ou descaracterizá-los, diferentemente da *restauração* que propõe intervenções mais invasivas, em grandes proporções no monumento. (MELO; PEREIRA, 2017, p. 5) (RODRIGUES, 2017, p. 31)

no município de Mata de São João, por ser próximo à Praia do Forte, reduto turístico no litoral norte da Bahia, atraindo centenas de visitantes de diferentes partes do país e do mundo.

Imagem 1 - Fachada frontal da ruína da Casa da Torre de Garcia d'Ávila e da Capela de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.

A capela de Nossa Senhora da Conceição (imagem 1) foi o único espaço da área que, mesmo após o abandono e situação de ruína do edifício, continuou e permanece sendo utilizada pelos moradores da região para fins religiosos e festivos. O edifício da Casa da Torre causa marcantes impressões aos que o visitam e se deparam com a sua grandiosidade e imponência em meio aos resquícios da Mata Atlântica. A suntuosidade de suas ruínas é reproduzida pelo imaginário que se formou em torno desse conjunto arquitetônico, a partir de escritos de vários autores que criaram ou reforçaram esse imaginário com lendas, batalhas heroicas, conflitos, em torno da antiga edificação. Entre os aspectos que despertam a imaginação dos visitantes está a ideia de a ruína representar o único modelo, nas Américas, de um castelo de características medievais (imagem 2 e 3).

Imagem 2 - Fachada lateral da ruína da Casa da Torre de Garcia d'Ávila.



Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.

Imagem 3- Fachada lateral da ruína da Casa da Torre de Garcia d'Ávila.



Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.

O parque histórico no qual está localizado o monumento atualmente é de propriedade

da Fundação Garcia d'Ávila⁸, instituição responsável pela administração da área, preservação e manutenção da Casa da Torre. Além do monumento da Casa da Torre, compõem o parque histórico um sítio arqueológico e região do entorno, um museu composto por vários objetos descobertos durante as escavações na área e uma maquete representando o que teria sido a Casa da Torre de Garcia d'Ávila (imagens 4 e 5). No parque também há uma exposição de uma coleção de peças encontradas durante as escavações arqueológicas, entre as quais peças de origem tupi-guarani, das culturas afro-brasileira, portuguesa e chinesa que servem para demonstrar a forte presença de grupos indígenas e afro-brasileiros na região.

O parque histórico, além de receber vários visitantes de diversas partes do mundo e estudantes das mais diversas instituições de ensino, também é utilizado para realização de eventos.⁹

Imagem 4 – Maquete que representa a Parte frontal da Casa da Torre.



Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.

Com o intuito de representar o que teria sido a construção original da Casa da Torre

⁸ A Fundação Garcia d'Ávila foi criada em 1981 e, atualmente, se configura em uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) responsável por intervenções nos setores Educacional, Ambiental, Histórico, Cultural e Social na região de Praia do Forte. Além de ser responsável pela preservação e manutenção da Casa da Torre, desenvolve pesquisas arqueológicas e pesquisas ambientais no entorno do monumento.

⁹ Disponível em: <https://fgd.org.br/>. Acesso em: 05 mai. 2021.

em seus traços mais fidedignos, a Fundação Garcia d'Ávila expõe a maquete no ambiente interno do Parque Histórico.

Imagem 5 – Maquete que representa a parte do fundo da Casa da Torre.



Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.

O esforço na reprodução do que teria sido a construção original da Casa da Torre mostra a intenção em destacar e revelar as características arquitetônicas do monumento.

Imagem 6 - Artefatos de cerâmica da cultura indígena



Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.

Os artefatos em cerâmica expostos pertencentes à cultura indígena (Tupinambá) mostram a influência indígena no trato com os alimentos e ou bebidas. Ao observarmos cuidadosamente, percebemos que há furos na peça, possivelmente para que pudesse colocá-la em suspensão; verificam-se também jarros de barro simples, conforme Silva (2019).

Imagem 7- Artefatos de cerâmica da cultura afro-brasileira



Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.

Os artefatos cerâmicos da cultura afro-brasileira também nos remetem a refletir quanto à sua utilização para fins alimentícios e bebidas, assim como ocorre com as peças de origem indígena. Tais peças apresentam formatos para armazenar líquidos, além de sinais de queimas para cozinhar alimentos ou esquentar água.

Imagem 8 - Artefatos de metais



Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.

A imagem 8 refere-se a artefatos de metais como a peça semelhante a uma pinça e outra em formato de ferradura, bem como outras peças menores que nos lembram utensílio de roupa, como fivela, passadeira de cinto. A particularidade de duas peças, a colher datada possivelmente XX e a “tesoura da amostra é construída de ferro, a sua ponta tem formato de bico de pássaro e o aro para a passagem do dedo tem uma forma mais aberta e sem fechar junto ao corpo da tesoura”, conforme Silva (2019, p. 326). Vale ressaltar que não se descarta a possibilidade de que estas peças fossem utilizadas para fins de tortura.

Imagem 9 - Artefatos de cerâmica da cultura portuguesa



Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.

A imagem 9 reforça o aparato de peças para usos de alimentos, bebidas e decoração.

A Casa da Torre, hoje um monumento do Patrimônio Cultural Brasileiro, foi, por muito tempo, a residência de uma das famílias mais ricas e proeminentes da Bahia colonial, a família Ávila. A história da Casa da Torre compõe um marco temporal de cerca de três séculos, indo do século XVI ao século XIX, no qual participou de vários acontecimentos da história local, regional e nacional. No entanto, vale ressaltar que, como não é o objetivo dessa pesquisa narrar todos os fatos históricos relacionados à Casa da Torre de forma extensiva e aprofundada, optamos por, nos tópicos que se seguem, apenas destacar alguns dos pontos apresentados por algumas obras e alguns acontecimentos, considerados por este trabalho como os mais marcantes da sua trajetória, com o objetivo de situar historicamente o leitor.

2.2 A Casa da Torre como objeto historiográfico

Na historiografia produzida sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila alguns livros e artigos publicados em revistas especializadas, ao longo do século XX e início do século XXI, narraram em suas páginas, direta ou indiretamente, a trajetória Casa da Torre¹⁰. Para efeito de

¹⁰ Sobre a história da Casa da Torre além das obras citadas no texto, destacamos autores que já pesquisavam acerca da Casa da Torre antes de Pedro Calmon, a exemplo de BARROS, Francisco Borges de. **Bandeirantes e Sertanistas Bahianos**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1919 e VIANNA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas**. São Paulo: Nacional, 1935. Citamos ainda as obras de GODOFREDO FILHO. **A Torre e o Castelo**

análise de algumas dessas obras, nessa pesquisa optamos por três obras que abordam a Casa da Torre como assunto central de investigação, muito embora sua trajetória esteja registrada em capítulos ou trechos de volumosa produção historiográfica. Entre essas obras que narram a história da Casa da Torre está a *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*, do respeitado escritor baiano Pedro Calmon.¹¹ Outra obra é a do historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, intitulada *O Feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil, editado no ano 2000*.¹² E a terceira obra abordada tem como título *As Ruínas da Tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila, família e propriedade no nordeste colonial*, e é resultado da tese de doutorado defendida em 2017 pelo historiador Ângelo Emílio da Silva Pessoa.¹³

Lançado em 1939, o livro *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*, de Pedro Calmon, obteve mais duas edições nos anos de 1958 e 1983 e, apesar de não ser a primeira obra a inaugurar os escritos sobre a Casa da Torre, é a primeira a tomá-la como tema central de investigação (PESSOA, 2017). Em sua obra, Calmon, de forma cronológica, traça a trajetória da Casa da Torre a partir de uma escrita exaltante dos feitos da Casa da Torre, desde a chegada de Garcia d'Ávila na Bahia, em meados do século XVI, descrevendo o início da atividade pecuarista por Garcia d'Ávila, a construção da Torre, a participação decisiva da Casa da Torre em acontecimentos como a invasão holandesa¹⁴ e as lutas pela independência do Brasil na Bahia¹⁵ e a atuação dos sucessores de Garcia d'Ávila na ampliação dos domínios

de Garcia d'Ávila. REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, (3): 251-282, 1939; HOLANDA, Gastão de et al. **A Casa da Torre de Garcia d'Ávila.** Rio de Janeiro: Arte e Cultura, 2002; BARROS; DORIA, Francisco Antônio. **Caramuru e Catarina: Lendas e narrativas sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila.** São Paulo: SENAC, 2000.

¹¹ CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros.** 3ª ed. rev. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983. 230 p.

¹² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo – A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil.** 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹³ PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – Família e propriedade no nordeste colonial.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

¹⁴ A Casa da Torre, a partir de Tatuapara, desempenhou um importante papel na defesa do território brasileiro nos acontecimentos relacionados às invasões holandesas, nas ofensivas à Bahia e à Pernambuco. Sob o comando de Francisco Dias d'Ávila (1º) a Casa da Torre serviu como ponto de apoio às tropas de resistência, de abastecimento, assim como de vigilância e sinalização e armamento de tropas auxiliares. Para maiores detalhes sobre a participação da Casa da Torre contra as invasões holandesas, ver ¹⁴ PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. A tradição das ruínas. In **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – Família e propriedade no nordeste colonial.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2017, p. 88-122 e BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo – A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil.** 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 155 - 183.

¹⁵ BANDEIRA (2007) descreve com riqueza de detalhes o papel desempenhado pela A Casa da Torre nas batalhas pela independência na Bahia. Segundo o autor, lideradas pelo coronel e titular do Morgado da Casa da Torre à época, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, as tropas tiveram um papel decisivo, ao ponto de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque receber de D. Pedro I o título de Barão e depois de

da Casa da Torre, até o século XIX, com o fim do morgado¹⁶ da Torre. Calmon, na produção de sua obra, se vale de uma rica e extensa documentação, fruto de pesquisas realizadas em arquivos da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, Arquivo do Estado da Bahia, dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia e do Rio de Janeiro, da Torre do Tombo do Mosteiro de São Bento e da Torre do Tombo em Lisboa, entre outros, de monografias dispersas e publicadas em periódicos, dispondo, inclusive, de parte desses documentos, como o testamento de Garcia d'Ávila, e de cartas e ilustrações que aparecem ao final do livro.

Fazendo uso de uma narrativa impetuosa e apaixonada, Calmon classifica os Ávilas como poderosos proprietários de terras, corajosos bandeirantes, bravos desbravadores dos sertões, personagens essenciais na formação do território brasileiro. Segundo Calmon, os Ávilas contribuíram fundamentalmente para a dilatação dos limites territoriais do Brasil e para a formação da nacionalidade, a qual teria começado com a fundação da Casa da Torre, por Garcia d'Ávila, o primeiro¹⁷. Dessa forma, segundo Calmon, a sua obra seria uma reparação ao injusto esquecimento aos quais os fatos e os personagens dessa história estavam relegados. (CALMON, 1883, p. 20).

Outra obra que aborda a Casa da Torre como tema central é a do renomado cientista político e historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, que já citamos e cuja primeira edição fora publicada no ano 2000. Em seu livro, Bandeira, a exemplo de Pedro Calmon, também faz uso da cronologia para descrever a trajetória da Casa da Torre, destacando a sua participação em importantes acontecimentos da história da Bahia e do Brasil. O autor se baseia em variadas fontes primárias, impressas e manuscritas, oriundas de vários arquivos do Brasil e de cidades de outros países como Portugal, França e Espanha, além de uma sólida bibliografia para construir o seu trabalho.

Um dos aspectos que singularizam o trabalho de Bandeira em relação ao que se tinha escrito sobre a Casa da Torre, até então, é a abordagem mais profunda do processo de conquista e ocupação dos sertões nordestinos, nos seus aspectos econômicos, políticos e sociais e sua tese sobre o caráter feudal da colonização do Brasil. Bandeira se utiliza de vários

Visconde da Torre de Garcia d'Ávila pelos serviços prestados contra as tropas portuguesas.

¹⁶ Patrimônio vinculado que não podia ser vendido, dividido ou alienado e que era passado ao filho mais velho, por falecimento daquele que o possuía. Fonte: <https://michaelis.uol.com.br>. O morgado da Casa da Torre foi instituído em 1681 e extinto com a morte do Visconde da Torre, em 1852, apesar do regime de morgadio, já estava proibido no Brasil desde 1835. Disponível em: <http://www.casadatorre.org.br/historia.htm##6>. Acesso em: 27 de março de 2020.

¹⁷ O termo primeiro para complementar o nome de Garcia d'Ávila se faz necessário pelo fato de que na linha sucessória dos Ávilas, existiram mais quatro descendentes com o nome Garcia d'Ávila, os quais Gracia d'Ávila Pereira (2º) (1622 - 1675), Cel. Garcia d'Ávila Pereira (3º) (1664 - 1734) e Garcia d'Ávila Pereira Aragão (4º) (1735 - 1805). Para maior conhecimento dos descendentes de Garcia d'Ávila ver ANEXO 1.

elementos característicos do que se configuraria a existência do feudalismo no Brasil. Segundo o autor, o feudalismo não se encerrou com a Idade Média, o que significa que vários traços desse modo de produção ainda coexistiram com outros modos de produção por um tempo e, assim, quando se iniciou a colonização do Brasil, alguns dos seus valores teriam sido transferidos para a colônia, que ao chegar aqui sofreram adaptações e transformações, visto que a reprodução fiel do modelo metropolitano não era possível.

As sesmarias¹⁸, nesse sentido, seriam exemplos de enfeudações, na medida em que os sesmeiros¹⁹, a exemplo dos vassallos medievais, ao receberem a terra, poderiam, igualmente, conceder a posse da terra a outrem, que em contrapartida deveria fazer o pagamento pela concessão em dinheiro ou em espécie. Segundo Bandeira,

[...] as sesmarias concedidas pelos reis de Portugal, diretamente ou por meio de seus prepostos, donatários ou governadores, representaram, de fato, o *beneficium*, o *fief*, e estavam associadas, inegavelmente, à vassalagem, com objetivos não só econômicos, mas sobretudo políticos, visando à ocupação, exploração e administração das terras na colônia. (BANDEIRA, 2007, p. 49)

Portanto, seguindo a lógica defendida pelo autor, a Casa da Torre seria um exemplo da concretização do feudalismo no Brasil, e os seus domínios equiparavam-se a de um senhorio, sob vários aspectos, por ter sido originada através de um *beneficium*, a concessão de sesmarias, em pagamento pelos serviços militares executados pelos vários membros da família, na defesa e expansão do território colonial. Nesse sentido, como já mencionado anteriormente, o monumento da Casa da Torre seria o único modelo representativo do caráter feudal em terras americanas.

As Ruínas da Tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila, Família e Propriedade no Nordeste Colonial resultado da tese doutorado defendida pelo historiador Ângelo Emílio da

¹⁸ Conforme o Atlas Digital da América Lusa, desenvolvido coletivamente pelo Laboratório de História Social (LHS) da Universidade de Brasília, que congrega pesquisadores de diversas instituições e a Plataforma Sesmaria do Império Luso – Brasileiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sinalizam que a lei de sesmarias foi criada pelo rei português Dom Fernando I, em 1375, e integrava um conjunto de medidas adotadas pelo governante com o intuito de combater uma aguda crise de abastecimento por qual passava o reino. Na América portuguesa, esta política de colonização foi posta em prática no reinado de D. João III, durante o momento de criação das capitanias hereditárias, tinham como característica doações de terras feitas pela Coroa portuguesa aos seus agentes e colonos no processo de "ocupação" da América portuguesa. (Disponível em http://lhs.unb.br/atlas/Sesmarias#cite_note-0 e em <http://www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial>. Acesso em: 19 mar. 2020.

¹⁹ Sujeitos responsáveis pela aplicação da lei e de realizar a doação das terras do conselho em sesmaria para os pretendentes que possuíssem as qualidades necessárias para proceder ao seu cultivo. Eram escolhidos pelos membros do conselho, essa escolha poderia ser uma indicação direta do rei ou realizada pelo próprio conselho, porém estava sujeita à aprovação real.

Silva Pessoa, e que resultou na publicação de um livro que já se encontra em sua segunda edição, é uma das obras mais recentes que tratam do tema. Sem negar a importância histórica da Casa da Torre na História do Brasil, Pessoa (2017) busca revisar os papéis de desbravadores do sertão, combatentes contra indígenas rebeldes e contra os invasores estrangeiros, grandes proprietários de terras, pecuaristas e heróis na luta pela independência, atribuídos à Casa da Torre na construção do Brasil, no sentido de entender como essa memória histórica foi produzida.

A partir de uma minuciosa e exaustiva investigação bibliográfica e documental, Pessoa (2017) apresenta as diversas formas como a família d'Ávila foi representada e interpretada e identifica a tradição criada e largamente reproduzida sobre essa família a partir dos trabalhos escritos, sobretudo, a partir do livro *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros* de Pedro Calmon. Ao analisar a obra de Pedro Calmon, Pessoa (2017) identifica a questão da tradição como fio condutor da sua narrativa, o que seria resultado da sua concepção de história na qual essas importantes famílias patriarcais teriam decisivamente atuado, a partir da conquista do território e da construção do caráter nacional, na constituição da nacionalidade brasileira. Dessa forma, segundo Pessoa (2017), Calmon, ao narrar de forma eloquente o percurso da Casa da Torre, narrativa essa que demonstra muito mais as suas expectativas frente ao tema do que mostram os próprios documentos, contribuiu para a construção e propagação de uma tradição acerca da Casa da Torre amplamente reproduzida por grande parte da historiografia brasileira e acabou por “transformar uma visão da história na própria história”. (PESSOA, 2017, p. 57)

O autor faz uma análise acerca do estado da documentação sobre a Casa da Torre e afirma que há um número significativo de documentos impressos ou manuscritos sobre a Casa da Torre, sendo estes, em sua maioria, de ordem pública e produzidos em sua maior parte pela própria Casa da Torre ou por autoridades ligadas a ela. No entanto, Pessoa ressalta que há uma escassez de documentos que tratem de assuntos de foro íntimo sobre a família d'Ávila, a exemplo de diários, cartas ou documentos contábeis de suas propriedades, que poderiam nos dar mais informações acerca da vida privada da família Ávila e do conjunto de suas atividades econômicas.

Ainda sobre a documentação a respeito da Casa da Torre, um ponto importante trazido pelo autor é a falta de registros produzidos pelos povos subalternizados, indígenas, africanos escravizados, foreiros ou posseiros no processo de conquista e dominação, salientando “que, na maior parte das vezes, só encontramos testemunhos sobre essas populações em relatos elaborados por colonos.” (PESSOA, 2017, p. 43). Contudo, o autor ressalta que, apesar dessa

carência, mesmo nos textos escritos pelo olhar do colonizador, é possível encontrar informações sobre esses povos, mas isso deve exigir do leitor um olhar atencioso e acurado, a fim de reconhecer inevitáveis deturpações.

O autor, em sua obra, faz um debate acerca da suposta existência de uma formação feudal no Brasil colonial. Contrapondo à ideia defendida por Bandeira de a sesmaria ser um exemplo de enfeudação, Pessoa (2017) destaca que o sistema jurídico de sesmaria

[...] implicava numa situação jurídica claramente contrária ao domínio feudal, pois os documentos de concessão de terras de sesmarias pelo Rei traziam sempre cláusulas de condicionalidade, que colocavam a possibilidade de sua expropriação caso não fossem aproveitadas em determinado tempo. (PESSOA, 2017, p. 165).

Ainda segundo o autor, a doação de sesmarias em terras brasileiras adquiriu características bem distintas das existentes em Portugal, cujo objetivo principal era o acúmulo de capitais. Nessa perspectiva, cai por terra a tese do suposto caráter feudal na colonização do sertão nordestino, na qual a Casa da Torre seria o único exemplo de feudalidade claramente constituída. Inclusive, as atividades pecuaristas nos sertões não eram totalmente isoladas do mercado, uma vez que tropas circulavam pelas regiões interiores, tanto trazendo gado para abastecimento das zonas urbanas, quanto levando produtos para essas regiões mais afastadas.

Assim, sem negar a relevância histórica da Casa da Torre na História da Bahia e do Brasil, Pessoa, em seu livro, busca revisar os papéis de desbravadores do sertão, combatentes contra indígenas rebeldes e contra os invasores estrangeiros, grandes proprietários de terras, pecuaristas e heróis na luta pela independência, atribuídos à Casa da Torre na construção do Brasil, no sentido de entender como essa memória histórica foi produzida.

2.3 Histórico da Casa da Torre Garcia d'Ávila

A história da Casa da Torre começa em 1549, quando a comitiva de Tomé de Souza chegou à Bahia trazendo consigo Garcia d'Ávila que, ao desembarcar em terras baianas, nomeou-o “Feitor e Almojarife desta Cidade e Almojarife da Alfândega.” (CALMON, 1983, p. 23). Essa nomeação de Garcia d'Ávila ao cargo de almojarife, para exercer funções de grande relevância na área de fiscalização e arrecadação de impostos reais, como afirma Pessoa (2017), certamente possibilitou-lhe o conhecimento do território e das possíveis necessidades dos locais, a exemplo do abastecimento de carne, levando-o a obter algumas cabeças de gado e assim dar início à atividade da pecuária na região de Itapuã que,

posteriormente, se estendeu para outras regiões da Bahia e de Sergipe.

A origem de Garcia d'Ávila é incerta, sendo a mais provável que, assim como Tomé de Sousa, ele tenha sido da Vila de São Pedro de Rates, no norte de Portugal. Pela inexistência de dados sobre suas origens, torna-se difícil obter informações mais consistentes sobre a genealogia de Garcia d'Ávila. No entanto, devido à relação bem estreita com Tomé de Souza e aos benefícios que lhes foram concedidos, principalmente na forma de propriedades territoriais, os autores sugerem um possível parentesco entre ambos, inclusive com a hipótese de ele ser filho ilegítimo do Governador, conforme escreveu Bandeira:

Com efeito, Garcia d'Ávila era jovem, enérgico, autoritário e audacioso e todas as circunstâncias, inclusive a frase de Nóbrega – ‘parecendo-me estar ainda Tomé de Sousa nesta terra’ – indicavam que ele poderia ser realmente um dos dois filhos bastardos de Tomé de Sousa, um dos quais se chamava Garcia (o outro, Francisco) e servira na Índia, de acordo com o Nobiliário de Rangel de Macedo. (BANDEIRA, 2007, p. 127).

De qualquer sorte, ligados por laços consanguíneos ou não, Garcia d'Ávila foi o legatário de Tomé de Souza aqui no Brasil, já que a única descendente legítima de Tomé de Souza, Helena, e seu esposo, faleceram sem deixar sucessores. (BANDEIRA, 2007). Sendo assim, por meio da compra ou herança, Garcia d'Ávila se apropriou de várias terras e cabeças de gado que passaram a compor a sua fortuna que, junto com seu prestígio, cresciam de forma exponencial, ao ponto de, ainda com 24 anos de idade, já se destacar como um dos homens mais poderosos e detentor de uma das maiores riquezas da Bahia.

Garcia d'Ávila se instalou em Tatuapara, atual Praia do Forte²⁰, onde deu início à construção da casa/torre em meados do século XVI, com objetivos civis e militares. A finalização da construção do que seria o Castelo da Torre de Garcia d'Ávila só ocorreria nas primeiras décadas do século XVII pelo seu neto Francisco Dias d'Ávila. (PESSOA, 2007). Tatuapara, segundo descrito por Calmon (1939, p 29), “é uma enseada onde se mete um riacho deste nome, no qual entram caravelões da costa com preamar” localizada no pé de uma colina, da qual qualquer embarcação que adentrasse em águas baianas poderia ser avistada. (BANDEIRA, 2007, p. 122). Isto é um lugar de condições geográficas estratégicas para a proteção e defesa da região. Sendo assim, seguindo as ordens do regimento emitido pelo rei de Portugal, D. João III, o qual, entre outras determinações, estabeleceu a obrigatoriedade de

²⁰ Praia do Forte está situada no município de Mata de São João, na Bahia, a cerca de 80 km de distância da capital, Salvador.

que quem recebesse terras a título de sesmarias deveriam construir “torres ou casas fortes”²¹ e, levando em consideração a localização estratégica, Garcia d’Ávila ergueu “um baluarte, que teria a função de casa de residência e, ao mesmo tempo, atalaia fortificada, servindo para conter os índios bravios, bem como de posto de vigilância do litoral para reprimir os estrangeiros que lá frequentavam.” (BANDEIRA, 2007, p. 123).

Segundo estudos, Garcia d’Ávila também teria construído uma torre que denominou de Torre de São Pedro de Rates²², e que teria sido de grande relevância na defesa e proteção do litoral norte e da Baía de Todos os Santos, servindo como uma importante fonte de comunicação na luta contra os invasores estrangeiros. Segundo Godofredo Filho (1939)

A posição privilegiada do Castelo serviu, desde a Guerra Holandesa, de posto de sinais. Ao presentir, à noite, a aproximação do inimigo, de Garcia d’Ávila dar-se-ia aviso, por meio de um facho aceso: o primeiro brilharia na Torre; o segundo na aldeia de São João; o terceiro na do Espírito Santo; o quarto em Itapoan; o quinto e último no Rio Vermelho, esse já perceptível pela fortaleza de Santo Antônio da Barra. (GODOFREDO FILHO, 1939, p. 281).

A existência de uma torre anexa ao Solar de Tatuapara, no entanto, é ponto de discussão entre os diversos autores que se dedicaram a escrever sobre o tema, os quais não conseguiram identificar a sua existência no corpo da Casa. A única certeza entre os pesquisadores é a de que houve uma fortificação

[...] de certa magnitude na enseada de Tatuapara protegendo o porto natural que se forma na foz do Rio Pojuca, diversos depoimentos de autores como Pedro Calmon, que estiveram na área nas décadas de 1920 e 1930, dão conta da existência dessas ruínas na foz do Pojuca e a própria pesquisa arqueológica feita na área tem levantado informações a respeito. (PESSOA, 2017, p. 93).

Segundo Pessoa (2017), é provável que tenha existido uma pequena torre, nos moldes de uma atalaia fortificada, em alguma parte do vasto território de Tatuapara, mas que carece de mais pesquisas arqueológicas para se tirar conclusões mais seguras. De qualquer modo, a imaginação de uma fabulosa torre medieval contribuía para a construção de todo um imaginário fenomenal em torno da propriedade.

²¹ Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa: AHU, Códice 112, fls. 9, p. 5. Disponível em: https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/5523820/mod_resource/content/1/2.%20Regimento%20do%20Governo-Geral%20%28Tom%C3%A9%20de%20Souza%29%2C%201548.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

²² Há uma divergência em relação ao fato de Garcia d’Ávila ter construído uma torre em Itapagipe ou Itapoã, denominada de São Pedro de Rates, e outra em Tatuapara, ou se a de Tatuapara chamava-se em sua origem São Pedro de Rates. A única certeza trazida pelos poucos documentos é a de que Garcia d’Ávila construiu uma Torre com esse nome, São Pedro de Rates, sua terra de origem. (PESSOA, 2017, p. 94 – 95).

Divulgada como maior que muitos reinos da Europa, a extensão territorial das diversas propriedades da Casa da Torre espalhadas pelos vastos sertões nordestinos também suscita debates. As informações trazidas pela placa informativa na entrada do Parque Histórico Garcia D'Ávila, onde estão localizadas as ruínas da Casa da Torre, dão conta de uma dimensão de cerca de 800.000 km², distribuídos da Bahia até o Maranhão, sendo considerado como o maior latifúndio do mundo, como se pode observar na imagem a seguir, que faz referência a algumas informações sobre o monumento (Imagem 10).

Imagem 10 - Placa informativa localizada na entrada do parque.



Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.

Bandeira (2007) traz números mais modestos, de cerca de 300.000 km² de extensão. De qualquer modo, essas dimensões contribuem para reforçar um imaginário que se construiu em torno da Casa da Torre, como símbolo de desbravadora e conquistadora do sertão nordestino, incorporando-o ao território nacional. Nesse sentido, os Ávilas, senhores de Tatuapara, personagens centrais dessas conquistas, teriam cumprido “uma missão de conquista e civilização de uma gigantesca área do Brasil, tornando-os os grandes bandeirantes do nordeste”. (PESSOA, 2017, p. 124). É indiscutível que a Casa da Torre estendeu seus domínios sobre grande parte do nordeste brasileiro, porém mensurar precisamente a extensão territorial dos seus domínios é praticamente impossível, visto que “seus limites eram imprecisos e não havia uma demarcação nem uma fiscalização claras” (PESSOA, 2017, p.

188) e imaginar uma espécie de “propriedade única” em vez de uma série de propriedades sob o domínio da família, contribuiria para alimentar um imaginário de que seria “maior que muitos reinos”.

A criação de gado por Garcia d’Ávila tem início quando Tomé de Sousa mandou buscar nas Ilhas de Cabo Verde algumas cabeças de gado para utilizar como pagamento a algumas pessoas de sua confiança, entre elas Garcia d’Ávila, pelos serviços prestados na construção da cidade de Salvador. A Garcia d’Ávila coube como ordenado duas vacas que, por sua vez, foram levadas para a Península de Itapagipe²³, onde fundou seus primeiros currais. Essa atividade rapidamente prosperou, ao ponto de, em 1552, Garcia d’Ávila possuir “já perto de 200 cabeças de gado, fora porcos, cabras e éguas” e “para os quais não dava o escasso terreno defendido pela torre de São Pedro de Rates”. (CALMON, 1983, p. 24). Utilizando como justificativa a insuficiência do espaço para a criação de seus gados, Garcia d’Ávila passou a exigir de Tomé de Sousa e aos Governadores Gerais subsequentes a doação de mais sesmarias, o que foi prontamente atendido, ampliando assim os seus domínios, conforme nos sinaliza Bandeira (2007)

Em pouco menos de 20 anos, Garcia d’Ávila ampliou assim seu domínio, que antes principiava duas léguas adiante do rio Vermelho, [...] estendendo-se além de Tatuapara, ao rio Jaguaripe e Peraxuim, em um percurso de 15 léguas, o equivalente a 99.000 km ou 65.340 ha. (BANDEIRA, 2007, p. 127-128).

A riqueza e o luxo desfrutados por Garcia d’Ávila e sua família, já nos primeiros anos de sua estadia na região, também é descrita a partir de relatos de pessoas que se hospedaram em sua residência, com riqueza de detalhes, como o descrito pelo padre Fernão Cardim

Naquela noite se hospedaram na casa de um homem rico que esperava o padre visitante: é nesta Bahia o segundo em riquezas por ter sete ou oito léguas de terra por costa, na qual se acha o melhor âmbar que por cá há, e só em um ano colheu oito mil cruzados dele, sem lhe custar nada. Tem tanto gado que não lhe sabe o número, e só do bravo e perdido sustentou as armadas de El-rei. Agasalhou o padre em sua casa armada de guadamecins com uma rica cama, deu-nos sempre de comer aves, perus, manjar branco etc. Ele mesmo, desbaretado, servia a mesa, e nos ajudava à missa, em sua capela a mais formosa que há no Brasil, feita toda de estuque e tintim de obra maravilhosa de molduras, laçarias e cornijas; e de abóboda sextavada com três portas, e tem-na mui bem provida de ornamentos. (*apud* CALMON, 1939, p. 28).

²³ A Península de Itapagipe, localizada na parte baixa da cidade de Salvador, atualmente é constituída por 14 bairros, os quais Ribeira, Bonfim, Monte Serrat, Boa Viagem, Uruguai, Dendezeiros, Vila Rui Barbosa, Machado, Itapagipe, Roma, Mares, Massaranduba, Jardim e Cruzeiro (FLEXOR, 2011, p 16).

Garcia d'Ávila, o primeiro, morreu aos 90 anos, aos 23 dias do mês de maio de 1609, na Santa Casa de Misericórdia, ao fugir dos padres beneditinos que passaram a pressioná-lo para que realizasse mais doações ao Mosteiro de São Bento. Deixou um testamento pedindo, entre outras coisas, para ser sepultado na Igreja da Sé, em Salvador, além de reforçar o objetivo de defesa sobre a construção da Torre de Tatuapara (CALMON, 1983, p. 231). Após a sua morte, a Casa da Torre continuou a existir por meio de diversas gerações, até meados do século XIX, quando o morgado foi extinto.

Garcia d'Ávila não teve filhos do seu casamento com Mécia Rodrigues. Seus herdeiros foram frutos de relacionamentos com outras mulheres, como as índias Francisca Rodrigues e Catarina Roiz. Após a morte de Garcia d'Ávila, o comando da Casa da Torre passou para seu neto Francisco Dias d'Ávila 1º, que se tornou o “continuador de sua fortuna, de sua raça, de sua ação feliz”. (CALMON, 1983, p. 34). Sob o comando de Francisco Dias d'Ávila ocorreu a continuidade da construção do Solar ou Castelo dos Ávilas e “em 1624, pelo menos sua parte principal, cercada por um fosso ao norte, leste e oeste, estava pronta”. (BANDEIRA, 2007, p. 165-166). Sob o comando de Francisco Dias d'Ávila, a Casa da Torre, além de ampliar os seus domínios, expandindo os currais de gado pelo sertão, desempenhou um papel importante no combate aos franceses, na expulsão dos holandeses do território baiano, atuando como centro de defesa no combate aos inimigos invasores. Já como Senhor da Torre de Tatuapara, também empreendeu uma guerra contra os indígenas rebeldes, resultando na concessão de várias sesmarias às margens do rio São Francisco. Nesse sentido, a participação da Casa da Torre nesses dois acontecimentos a colocou em uma posição de destaque, contribuindo para o fortalecimento do seu poder político e, conseqüentemente, econômico, aumentando assim, o seu patrimônio.

Após a morte de Francisco Dias d'Ávila, a ampliação do patrimônio da Casa da Torre continuou com os seus descendentes.²⁴ Desde a chegada de Garcia d'Ávila em 1549, foram dez gerações e cerca de três séculos de história que resultaram em um expressivo patrimônio territorial, compreendendo áreas que foram da Bahia, do sertão, no Rio São Francisco, passando pelos territórios dos atuais estados de Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Piauí que

²⁴ Após a morte de Francisco Dias d'Ávila, sucederam-se no comando da Casa da Torre, Garcia d'Ávila 2º, Francisco Dias d'Ávila 2º, Garcia d'Ávila Pereira 3º, Francisco Dias d'Ávila 3º, Garcia d'Ávila Pereira 4º que ao não deixar herdeiros diretos, fez um testamento em favor da sobrinha Ana Maria de São José e Aragão, então casada com o primo, capitão José Pires Carvalho e Albuquerque. Nesse momento, a história da Casa da Torre continuou com os Pires de Carvalho e Albuquerque até a morte de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, então Visconde da Torre de Garcia d'Ávila. Sobre a genealogia dos Garcia d'Ávila ver Anexo 1.

serviram para a instalação de currais de gado e contribuíram para o vultoso crescimento da fortuna da família Ávila e, conseqüentemente, a ampliação de seus poderes econômicos e políticos. (PESSOA, 2007).

A Casa da Torre prestou diversos serviços militares à Coroa Portuguesa, a exemplo do já citado papel desempenhado na libertação da Bahia do domínio dos holandeses, assim como ao governo brasileiro, na participação decisiva nas lutas pela independência na Bahia (1823). Por esta contribuição, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque²⁵, então senhor da Casa da Torre à época, foi premiado com o título de Barão da Torre de Garcia d'Ávila, concedido pelo Imperador D. Pedro I, “pelos relevantes serviços que tem prestado com a maior honra, patriotismo, decidido entusiasmo em bem do Estado e da gloriosa causa da Independência”. (CALMON, 1983, p. 183).

A estratégia utilizada pelos Ávilas para preservação do patrimônio entre os membros da família foi a realização de casamentos endogâmicos ou com membros da própria família, a exemplo da união entre Francisco Dias d'Ávila 2º com sua sobrinha Leonor Pereira Marinho, que deu início à linha endógama da família e resultou, posteriormente, na constituição do morgado²⁶, instituído legalmente por meio do alvará real em 1681. O morgado da Casa da Torre foi extinto com a morte, em 1852, de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o Barão da Torre de Garcia d'Ávila, apesar do regime de morgadio estar

²⁵ Os Pires de Carvalho foi uma das famílias detentoras de uma das maiores fortunas da Bahia. A trajetória dessa família tem início com a chegada de Domingos Pires de Carvalho à Bahia por volta de 1660, vindo de Portugal. O casamento de seu filho José Pires de Carvalho (1677-1759) com D. Teresa Cavalcante de Albuquerque insere nos Pires de Carvalho o Albuquerque, sobrenome de uma família de senhores de engenho de Pernambuco, transformando-se em uma das famílias mais importantes da Bahia e lhes garantindo a ocupação de posições de poder na Bahia. A sua ligação com os Ávilas ocorre com o casamento de José Pires de Carvalho e Albuquerque (6º) (1728-1796) com Ana Maria de São José e Aragão (1760-1834), sobrinha de Garcia D'Ávila Pereira de Aragão, que por não deixar herdeiros legítimos encerra a linhagem masculina do morgado da Torre, passando, assim, para Ana Maria de São José e Aragão. Esse matrimônio transfere definitivamente o morgado da Torre para a administração dos Pires de Carvalho e Albuquerque até a sua dispersão na segunda metade do século XIX. A união com os Ávilas proporcionou aos Pires de Carvalho e Albuquerque não apenas o acúmulo de bens, mas todo o prestígio da Casa da Torre, o que proporcionou aos membros dessa família ainda mais destaque no cenário político e econômico da Bahia colonial. (PESSOA, 2017). Para maiores detalhes sobre a participação do Pires de Carvalho e Albuquerque na política e economia colonial do século XVIII e XIX, ver BORGES, Eduardo José Santos. **Viver sob as leis da nobreza: A casa dos Pires de Carvalho e Albuquerque e as estratégias de ascensão social na Bahia do século XVIII**. 2015, 309 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2015; LEAL, Maria das Graças de Andrade Leal. **Trapiches e Trapicheiros na dinâmica portuária da Salvador colonial**. In ALVES, Luís Alberto Marques; PEREIRA, Gaspar Martins, orgs. - Cruzar histórias: I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2017.

²⁶ Patrimônio vinculado que não podia ser vendido, dividido ou alienado e que era passado ao filho mais velho, por falecimento daquele que o possuía. Fonte: <https://michaelis.uol.com.br>. Disponível em <http://www.casadatorre.org.br/historia.htm##6>. Acesso em 27 de março de 2020.

proibido no Brasil desde 1835.

Por trás dos vários episódios de bravura narrados por diversos autores, a história da Casa da Torre é repleta de muita barbárie. Na seção seguinte, mostraremos como as empreitadas das conquistas empreendidas pela Casa da Torre foram marcadas por diversos conflitos pela posse e propriedade das terras, deixando em vários momentos um rastro de sangue, como o extermínio de populações indígenas de diferentes etnias, assim como apresentaremos o tratamento conferido por parte dos comandantes da Casa da Torre aos escravizados de suas propriedades.

2.4 Casa da Torre, monumento de barbárie

As ruínas da Casa da Torre de Garcia d'Ávila, atualmente tão aclamadas como um dos principais monumentos que compõem o Patrimônio Cultural Brasileiro, propriedade que foi palco de participações decisivas no processo de ocupação do território brasileiro, com a expansão do gado e na proteção que fornecia na defesa do território, também traz em sua trajetória uma série de conflitos e de violências praticadas contra populações indígenas, africanos escravizados e populações mais pobres que ousaram impedir a marcha da expansão territorial pelo sertão nordestino.

No sentido de melhor compreender como se deu o processo de construção dos bens culturais que historicamente foram produzidos pela humanidade, é necessário perceber que esta produção não se deu de maneira natural, ao contrário, foi construída através de sangue, suor e lágrimas. Dessa forma, nos apoiamos na tese nº 7 de Walter Benjamin, sobre o conceito de história (1987, p. 225)

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são os que chamamos de bens culturais. Todos os bens materiais que o materialista histórico vê têm uma origem que ele não pode contemplar sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima de seus contemporâneos. Nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

O autor nos ajuda a refletir e compreender como a Casa da Torre foi se constituindo, ao longo da história do Brasil, em monumento cultural produzido pelo olhar do dominador como resultado de atos heróicos e dignos de honrarias. No entanto, este mesmo patrimônio

cultural deve ser compreendido, pelo olhar do dominado, como produto carregado de crueldade que ainda expõe no seio cultural contemporâneo as conquistas dos territórios já habitados e preservados pelos povos indígenas que ali viviam. Portanto, ao reforçar que a cultura não é isenta de barbárie, apresentaremos alguns fatos históricos que confirmam a tese de Benjamin.

Para a expansão da atividade pecuarista, a Casa da Torre esteve envolvida em vários combates contra indígenas, a exemplo do conflito comandado por Francisco Dias d'Ávila contra os indígenas anaios na região do Salitre, que resultou na morte de 400 índios que já haviam se rendido, em troca da promessa de que suas vidas seriam poupadas. Esse violento combate, entre outros provocados pelas tentativas de expropriação das terras indígenas para a implantação dos currais, nos mostra o quanto a conquista dos territórios se deram, em vários momentos, com o emprego da extrema violência que resultou na dizimação de povos indígenas inteiros.

O antropólogo Luiz Mott, em sua obra *Bahia: Inquisição & Sociedade*²⁷, apresenta, no capítulo intitulado “Tortura de escravos e heresias na Casa da Torre”, dados sobre os horrores cometidos pelo Mestre de Campo Garcia d'Ávila Pereira de Aragão, o 4º Garcia d'Ávila, quando assumiu a liderança da Casa da Torre, na segunda metade do século XVIII. Baseado em documentos encontrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, numa denúncia de um tal José Pereira Vivas à Inquisição, o autor narra vários exemplos de crueldades praticados por Garcia d'Ávila Pereira de Aragão contra seus escravos, o que o torna, segundo Mott, “merecedor do deplorável título de o maior carrasco de que até então se tem notícia na História”. (MOTT, 2010, p. 67).

Nas páginas que se seguem, Mott descreve com riqueza de detalhes as séries de castigos e torturas praticadas pelo riquíssimo fazendeiro, apesar de suas ações serem constantemente questionadas e consideradas exageradas por alguns membros da Igreja. A sua crueldade não tinha limites, sendo praticada contra mulheres, idosos e crianças, para o deleite do seu sadismo. O autor apresenta 47 relatos de atos praticados por Garcia d'Ávila contra seus escravos que, entre as modalidades de castigos empregados, estavam o uso de palmatórias, açoites, queimaduras, objetos perfurantes e privação de alimentos. Entre as torturas relatadas estão as praticadas contra a escravizada Lauriana, de 25 anos, constantemente agredida “com

²⁷ MOTT, Luiz. **Tortura de escravos e heresias na casa da torre. In: Bahia: inquisição e sociedade.** Salvador: EDUFBA, 2010. p.64-98. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1028/1/BAHIA_Inquisi%C3%A7%C3%A3oesociedade.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

uma palmatória de pau pela cara e queixadas do rosto, levantando a mão com a maior força que podia, e andava esta continuamente com o rosto inchado, procedido de semelhante castigo”. (MOTT, 2010, p. 75).

Garcia d’Ávila Pereira de Aragão não respeitava nem os dias santos, pois, entre os seus dias preferidos de torturas estava a Sexta-feira da Paixão, mesmo diante dos suplícios dos torturados. Segundo relatos

[...] costuma açoitar seus escravos maiormente no dia de Sexta Feira da Paixão, estando toda a semana muitas vezes sem açoitar. E no dia de Sexta Feira, anda em casa como endemoniado, ora dizendo pela casa passeando entre as suas escravas: A quem açoitarei eu hoje? Ora dizendo: ando com vontade de ver sangue de gente açoitado. E assim andam todos de casa assustados, vendo que é padecente. (MOTT, 2010, p. 80).

Segundo Pessoa (2017), a historiografia tradicional²⁸ acerca da História da Casa da Torre, quando aborda os conflitos e as violências empregadas contra os povos indígenas e as populações pobres no curso da expansão territorial, deve ser inserida no processo da colonização portuguesa e da construção da nacionalidade brasileira, sendo, portanto, justificável, diante da contribuição dada por essas famílias patriarcais na formação da sociedade brasileira. Ainda segundo Pessoa (2017), essa mesma historiografia construiu uma tradição historiográfica na qual se preocupou em desenvolver uma história cronológica, factual, determinando os personagens e suas posições, sendo, nesse sentido, os personagens centrais dos acontecimentos os Ávilas, enquanto os demais sujeitos envolvidos, a exemplo dos indígenas, africanos escravizados, posseiros e rendeiros desempenhavam o papel de simples figurantes nos processos históricos.

Enquanto professora, historiadora e pesquisadora não posso me calar frente às atrocidades que aconteceram na história e que fortaleceram e foram eleitas na constituição dos bens culturais. Para que não caiamos em contradição, devemos “escovar a história a contrapelo”, conforme nos disse Benjamin (1987), como tarefa que havemos de cumprir para que possamos desvendar criticamente os fatos históricos em suas amplas e complexas dimensões.

²⁸ O autor Ângelo Pessoa chama a atenção para o uso do termo no sentido de se utilizar com cautela para não incorrer no erro de dar o mesmo tratamento ao conjunto de obras que possuem diferenças consideráveis.

3 - ENSINO DE HISTÓRIA E OS DEBATES EM TORNO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DA HISTÓRIA LOCAL

O ofício do professor de História em sala de aula, na educação básica, tem se constituído como uma atividade desafiadora. Os problemas enfrentados por esses profissionais englobam desde questões comportamentais e disciplinares a questões que dizem respeito à aprendizagem do conhecimento histórico por parte dos estudantes, que demonstram grandes dificuldades em estabelecer relações com os tempos históricos e a sua importância para a compreensão da realidade. Nesse capítulo, iremos estabelecer relações entre o Patrimônio Cultural, a Educação Patrimonial e o uso da História local no ensino de História fazendo aproximações com a Casa da Torre de Garcia D'Ávila, destacando questões sociais, culturais, políticas, assim como aproximações com a realidade do tempo presente e que impacta nas vidas dos estudantes.

3.1 O Patrimônio Cultural e o Ensino de História

O tema patrimônio cultural sempre foi assunto de constantes e calorosos debates entre pesquisadores e estudiosos das mais variadas áreas do conhecimento, principalmente quando se trata das ações de caráter preservacionista promovidas pelos órgãos oficiais de proteção aos bens patrimoniais. Em 1934, foi criado, por iniciativa de Gustavo Barroso²⁹, no Museu Histórico Nacional, a Inspetoria de Monumentos Nacionais³⁰. Contudo, a importância política dos patrimônios culturais ganha notoriedade a partir de 1936³¹, ocasião da criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atualmente denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que, institucionalmente, passou a

²⁹ Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso foi diretor do Museu Histórico Nacional desde a sua fundação em 1922 a 1930 e de 1932 até 1959.

³⁰ A Inspetoria de Monumentos Nacionais foi um departamento do Museu Nacional criado pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, que tinha entre as atribuições a inspeção das edificações de valor histórico e artístico e o controle do comércio de objetos de arte e antiguidades, sendo substituída, em 1937, pelo SPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>. Acesso em 15 jun. 21.

³¹ Em 1936 foi apresentado o anteprojeto idealizado por Mario Raul de Moraes Andrade, por convite do então ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas, Gustavo Capanema, para a criação de órgão de preservação, que resultou, em 1937, na criação do SPHAN. Vale salientar que esse papel atribuído a Mario de Andrade é criticado por algumas pessoas que trabalharam no IPHAN a partir dos anos 50. Segundo os críticos, essa ideia em atribuir a Mario de Andrade o protagonismo na fundação das práticas da preservação cultural no país pareceu estratégica, “visto que ela empresta forte carga simbólica e concede legitimidade a todos que pleitearam parte de sua herança”. A consequência da construção dessa “memória histórica” é o ocultamento das tensões e conflitos que ao longo da história marcaram o campo do patrimônio cultural. (CHUVA, 2012, p. 148)

responder pelas ações de preservação do patrimônio cultural no país.³²

Vale lembrar ainda que em 1934, antes de Mário de Andrade elaborar o seu famoso anteprojeto para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, foi criada, por iniciativa de Gustavo Barroso, no Museu Histórico Nacional, a Inspeção de Monumentos Nacionais. Esta Inspeção foi um antecedente reconhecido e bastante concreto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1936 e chefiado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. (CHAGAS, 2006 p. 3)

O conceito de patrimônio cultural sofreu, ao longo do tempo, alterações importantes. O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, definia o patrimônio histórico e artístico nacional, em seu artigo 1º

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).³³

Essa concepção de patrimônio norteou a política de preservação do patrimônio cultural no país, privilegiando os bens de natureza material que estivessem relacionados aos acontecimentos considerados importantes da história do Brasil, cujas intenções eram marcadas pela construção de uma memória e de uma identidade nacional única e homogênea, atreladas aos segmentos dominantes da sociedade. A consequência dessa política preservacionista foi a consagração de uma seleção de bens patrimoniais semelhantes composto por

[...] sedes de fazendas, palacetes e engenhos produtores da riqueza econômica do país; fortificações e fortalezas militares que garantiram a posse do território pela colonização portuguesa; igrejas e capelas que evidenciam o papel do catolicismo na construção da nação; Casas de Câmara e Cadeia que representam o poder e controle de uma elite política sobre o social. (SCIFONI, p. 200, 2015)

Scifone (2015) pontua ainda que a opção por seguir o modelo francês de proteção do patrimônio “nos tornou reféns da representação da memória a partir de tudo que é monumental e excepcional, apagando-se os conflitos e as desigualdades e simulando-se uma

³²Serviço do Patrimônio foi criado em abril de 1936, passando a funcionar de forma experimental e se consolidando a partir de 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

³³Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf

sociedade nacional cujos símbolos são a grandiosidade e o prestígio”. O monumento da Casa da Torre, nessa perspectiva, se constitui em uma representação dessa memória forjada a partir da monumentalidade que, em consonância com o conceito de patrimônio definido pelo decreto-lei de 1937, se constituiu em um bem de grande notoriedade, representativo de “fatos memoráveis” da história brasileira, como aponta a historiografia sobre a sua trajetória. Entre as narrativas que nortearam o processo de reconhecimento e, assim, justificaram o tombamento das ruínas em 1938, está a descrita por Filho (1939)

Aos bandeirantes do ciclo baiano deve-se a exploração e colonização do Nordeste. O S. Francisco e grande parte dos territórios de Pernambuco, Piauí, Maranhão e Ceará foram devassados pelos nossos intrépidos sertanistas. E, quase sempre, a iniciativa e êxito de tão grandes empresas levaram-os à Casa da Torre, a mais audaz e poderosa do Brasil colonial. Os Ávilas, além de se afoitarem, pessoalmente, ao mais longínquo sertão, ordenaram, sob a direção de subordinados seus, entradas de que resultariam excelentes descobertas. Muitos dos melhores bandeirantes do Sul, e outros do Norte estiveram, ora sob o controle direto dos senhores da Torre, ora associados às expedições que estes organizaram. Acresce, para seu elogio, que os Ávilas foram, antes do mais, criadores de gado, isto é, colonizadores e civilizadores por excelência. Abriram as melhores estradas do Norte. E é justo dizer-se que os seus currais tornaram-se, muitos deles, centros de capital importância econômica, sobretudo os que se disseminaram pelo S. Francisco, o rio que Capistrano chamou ‘condensador da população’. (FILHO, 1939, p. 251-252).

O trecho acima, que serviu de base para o tombamento das ruínas da Casa da Torre, atestaria a participação decisiva da Casa da Torre em notáveis episódios da história do Brasil e, por esse caráter excepcional, ela seria digna de ações de preservação e conservação por parte do Estado

[...] em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que, por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencente a um estilo arquitetônico relevante deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção, valor que justificasse a sua preservação. (ORÍ, 2006, p. 131).

Assim como aconteceu Brasil afora, foram prejudicados outros grupos sociais inerentes aos processos históricos que envolveram a Casa da Torre por cerca de três séculos, mas que, por não se enquadrarem no critério de participação dos acontecimentos “memoráveis da história do Brasil”, foram excluídos da história oficial.

As transformações políticas e sociais ocorridas no país a partir da década de 1980, a exemplo do processo de redemocratização, que culminaram no fim da ditadura civil-militar e na promulgação da Constituição de 1988, também proporcionaram mudanças no campo do patrimônio, alterando o conceito de patrimônio cultural. Segundo o seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.³⁴

Como vemos, em relação ao decreto de 1937, a Constituição de 1988 é uma referência na inovação da política patrimonial, promovendo a ampliação do seu conceito e passando a designar como patrimônio cultural não só os bens de natureza material como também os bens de natureza imaterial, a exemplo das produções simbólicas, modos de vida, criações artísticas, científicas etc. As consequências dessa mudança são importantíssimas do ponto de vista da inserção das crenças, habilidades e modos de ser e fazer de grupos sociais até então excluídos das narrativas preservacionistas, uma vez que há o reconhecimento, no campo do patrimônio, da pluralidade da identidade brasileira. No ano 2000, novas medidas no campo do patrimônio são definidas pelo IPHAN, por meio do Decreto 3.551, que instituiu o Registro de Bens de Natureza Imaterial, possibilitando o reconhecimento e a definição de estratégias específicas para a preservação dos bens de natureza imaterial.

No campo da educação, o tema patrimônio cultural, da mesma forma, tem sido assunto de constantes debates entre estudiosos da área, e uma das problemáticas discutidas gira em torno de seus usos nas aulas pelos professores e professoras da educação básica. A sala de aula tem se tornado um espaço de confronto, de adversidades, posto que seja nesse espaço que “se evidencia de forma mais explícita os dilaceramentos da profissão de professor e os embates da relação pedagógica” (SCHMIDT, 2006, p. 57). Ao professor de história, em especial, é exigido cada vez mais que lance mão de estratégias didáticas que garantam aos estudantes um aprendizado efetivo a partir de metodologias mais dinâmicas e atraentes, possibilitando a apreensão de um conhecimento histórico com significado para a vida dos estudantes.

³⁴ Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp

Buscando dar conta dessa complexa e problemática realidade no âmbito escolar, uma das estratégias utilizadas pelos professores e pelas professoras é o uso dos bens patrimoniais como documentos históricos nas aulas de História. Muitas têm sido as experiências educativas que abordam o patrimônio cultural, sejam a partir de visitas a museus, sítios arqueológicos, centros culturais, monumentos, lugares de memória, oficializados ou não, o que comprova o leque de possibilidades de sua utilização no ensino de História. No entanto, na busca por métodos mais atraentes de ensino e aprendizagem³⁵, o patrimônio cultural muitas vezes é utilizado, sobretudo nas aulas de campo, apenas para complementar atividades realizadas em sala de aula, servindo única e exclusivamente como complemento de conteúdos e das ações promovidas em sala, resumindo-se à reprodução das narrativas oficiais, desconsiderando “os usos sociais do tecido urbano na atualidade e os significados atribuídos pelos sujeitos sociais a esses determinados bens culturais.” (TOLENTINO, p.43,2016).

Frente às novas discussões acerca do patrimônio cultural, Florêncio et al (2014) o insere num campo marcado por conflitos e tensões, no qual coexistem diversos e divergentes interesses e projetos por parte dos envolvidos nos processos de seleção, na atribuição de sentidos e valores e salvaguardas dos bens patrimoniais. Nesse sentido, a concepção do que é patrimônio e, portanto, do que deve ser preservado e constituir a memória histórica de uma comunidade, território ou nação, é socialmente e historicamente construído. Esse entendimento sobre a constituição do patrimônio cultural, todavia, não pode passar despercebido pelo olhar do professor, cabendo-lhe, ao utilizá-lo em suas aulas, analisá-lo em um sentido mais amplo, levando em consideração seus aspectos políticos e históricos, a partir da compreensão de que, tanto o que se quer memorar, como o que se quer esquecer, são produtos sociais.

A renovação ocorrida no campo historiográfico a partir do século XX implicou em uma renovação e ampliação do conceito de fontes ou documentos históricos, antes restrita às fontes escritas, passando a ser consideradas todas as evidências da experiência humana, como as fontes audiovisuais, orais e da cultura material e imaterial. Nesse sentido, existe um alinhamento entre os historiadores quanto às potencialidades do documento histórico nas aulas de história, visto que o conjunto de possibilidades e formas de uso do documento

³⁵ Vemos em Lima, 2019, p. 24 que é um termo utilizado, de forma geral, para se referir aos processos de transformação do comportamento e capacidades humanas, que ampliam suas possibilidades de atuação e produção. Fenômeno, que comporta múltiplos aspectos, ligado diretamente ao ato de conhecer e à relação do sujeito do conhecimento com o objeto/problema/situação a ser conhecido, de acordo com determinadas condições externas, situadas historicamente, a *aprendizagem* é objeto de problematização de diferentes áreas do conhecimento e abordada a partir de variadas perspectivas teóricas. Para melhor desenvolvimento do tema ver, Ferreira e Oliveira (2019), Dicionário de ensino de História.

histórico em sala de aula possibilita a aproximação dos estudantes a diferentes tipos de linguagem e favorece o rompimento com certas imagens cristalizadas sobre o passado. Contudo, a utilização do documento histórico no ensino de História, segundo Schmidt e Cainelli (2009), exige que o professor amplie a sua noção de documento e o seu uso dentro da sala de aula, superando a sua utilização única e exclusiva como ilustração dos conteúdos trabalhados.

Nessa perspectiva, a utilização do patrimônio cultural, entendido aqui como um documento histórico, no ensino de História, possui um grande potencial educativo, visto “que permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009. p 114) que, se explorado adequada e criticamente, pode se mostrar uma fonte de produção de sentido, de valores, de conhecimento, sendo

[...] possível, a partir dele, pensarmos nós mesmos, nossa condição histórica, entendermos a alteridade cultural e, ato contínuo, compreendermos o outro, as relações de dominação que levam a subalternizações, podendo também propormos outras tantas questões difíceis. (DEMARCHI, 2016, p. 51).

Dessa forma, acreditamos ser urgente a necessidade de repensar os seus usos, inserindo o patrimônio cultural no ensino de História numa perspectiva problematizadora, questionando as circunstâncias de sua produção, quais as intenções e objetivos de quem o produziu, no sentido de dar visibilidade a outros sujeitos sociais que, mesmo fazendo parte dos processos históricos, foram invisibilizados pela historiografia e ensino tradicionais, visando uma educação que transforme os sujeitos autonomamente críticos da sociedade em que estão inseridos.

3.2 As possibilidades da Educação Patrimonial no ensino de História

Muito tem se falado sobre a Educação Patrimonial atualmente. Suas marcas estão presentes em diferentes projetos e instituições espalhadas por várias partes do país. Na área acadêmica, mais precisamente na pós-graduação, as abordagens relacionadas à Educação Patrimonial tiveram um crescimento expressivo. Em pesquisa realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES, utilizando a palavra-chave Educação Patrimonial, foram encontrados 284 trabalhos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, a partir do recorte temporal de 2010 a 2020. No portal da Educapes, utilizando-se do mesmo recorte temporal, a

busca resultou em 247 materiais que abordam e discutem a Educação Patrimonial em diversas áreas do conhecimento, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 - Trabalhos com o tema Educação Patrimonial por ano de publicação

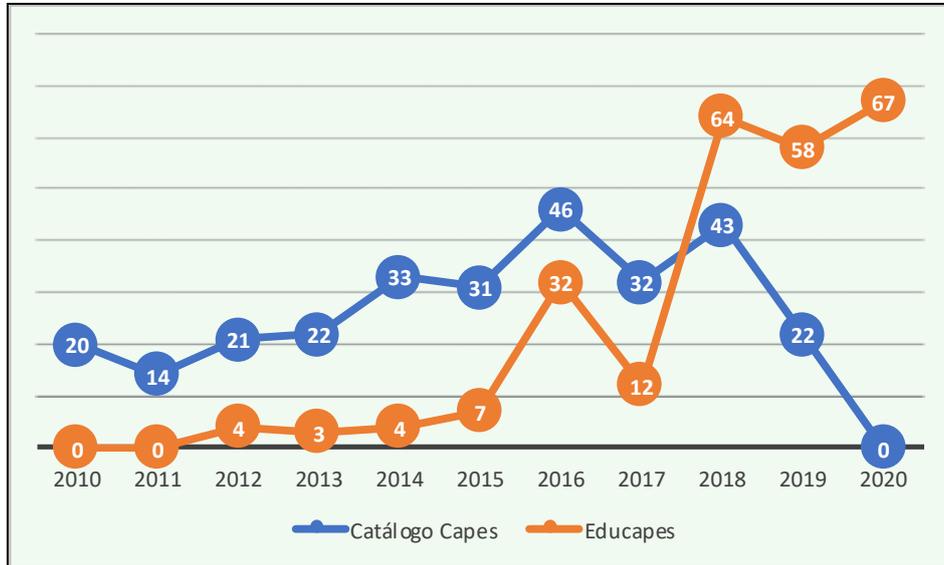


Gráfico elaborado pela autora.

A partir da implementação dos mestrados profissionais na área do ensino, houve um aumento da oferta de cursos de pós-graduação na área do ensino de História, a exemplo do ProfHistória, como sinalizado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Trabalhos desenvolvidos no Mestrado Profissional com área de concentração - Ensino de História

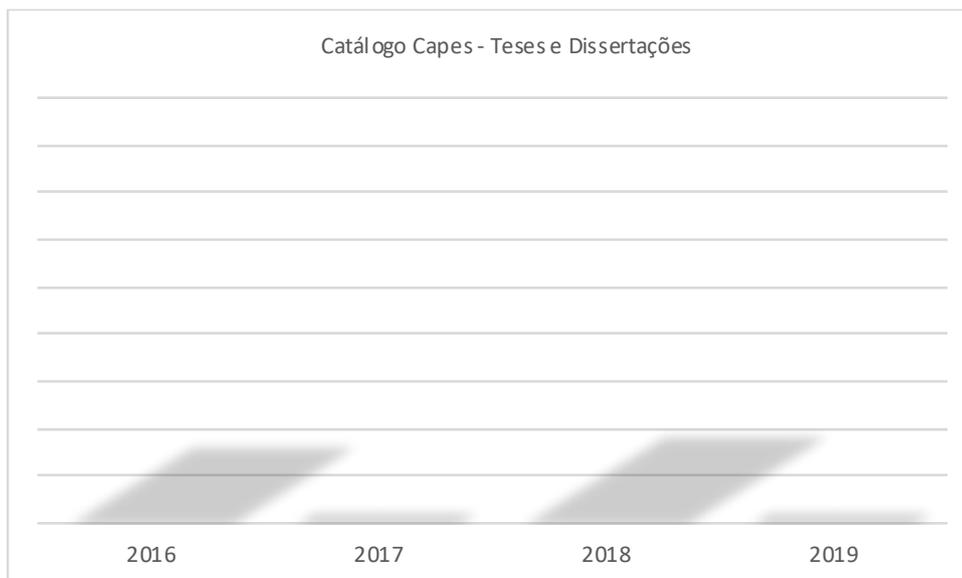


Gráfico elaborado pela autora

A partir dessas pesquisas, conclui-se, portanto, que na última década houve um

crescimento do interesse de profissionais de diferentes áreas do conhecimento e, especificamente, dos professores de História nesse campo de atuação, o que pode ser comprovado pela inserção da temática da Educação Patrimonial nas discussões e trabalhos acadêmicos, assim como na produção de materiais pedagógicos.

No processo de construção dessa pesquisa, algumas dissertações disponibilizadas no banco de teses do ProffHistória foram selecionadas. Na escolha dessas dissertações foram priorizados os trabalhos que abordavam as temáticas do Patrimônio Cultural, da Educação Patrimonial, da História Local e suas relações com o Ensino de História a fim de contribuir para o embasamento teórico e metodológico da pesquisa. São eles: *Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis – MT: Orientações Didáticas no Ensino de História*, de autoria de Sandro Ambrósio Alves (2018).³⁶ A escolha dessa obra justifica-se pelo fato de o autor fundamentar o seu trabalho a partir dos referenciais teóricos de patrimônio cultural, memória, lugares de memória, história regional/local e educação histórica em conexão com o ensino de história. Além de utilizar o patrimônio cultural e a história local, o autor propõe um material pedagógico a partir de uma ação didática com alunos do 7º ano do ensino fundamental em uma escola estadual do município de Rondonópolis, cujo método de ensino empregado foi a aula-oficina da historiadora Isabel Barca, ancorada em uma metodologia de Educação Patrimonial que subsidia a prática dos professores em sala de aula e para além da sala de aula, isto é, em diferentes espaços de memória.

Outra experiência bem-sucedida com a Educação Patrimonial que serviu de referência para a minha pesquisa é a dissertação de mestrado de Aletícia Rocha Da Silva (2018), denominada *Educação Patrimonial No Ensino De História: A Feira Livre Como Espaço De Aprendizagem Histórica Em Colinas Do Tocantins*.³⁷ No seu trabalho, o lócus da pesquisa foi a feira livre, um espaço não formal de aprendizagem trabalhado como um patrimônio histórico de Colinas do Tocantins por considerá-lo “um espaço rico de histórias e experiências individuais e coletivas que podem ser incorporadas ao ensino de História proporcionando ao mesmo uma maior riqueza em suas abordagens” (SILVA, 2018, p.14). No campo metodológico a autora fez uso de fontes orais por meio de entrevistas e da pesquisa-ação para colocar em prática a sua proposta de Educação Patrimonial.

³⁶ ALVES, S. **Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis – MT: Orientações Didáticas no Ensino de História**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2018.

³⁷SILVA, A. R. **Educação patrimonial no ensino de História: a feira livre como espaço de aprendizagem histórica em Colinas do Tocantins**. 2018. 142f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Araguaína, 2018.

Outro trabalho selecionado pela aproximação com a minha pesquisa foi o de Maria de Lourdes Conceição de Souza, intitulado *O Palácio da Instrução e o Patrimônio Histórico De Cuiabá-MT: Cidade, Territorialidade e Educação Patrimonial*.³⁸ Esse trabalho, a partir da análise histórica do Palácio da Instrução, objeto e fonte da pesquisa, buscou discutir temáticas relacionadas ao conceito de patrimônio cultural, de história regional e local e de Educação Patrimonial. A via metodológica utilizada pela autora também é outro ponto em comum, visto que a mesma faz uso de fontes documentais, da pesquisa bibliográfica e do método da aula-oficina para construir a sua proposta metodológica para o ensino de história em uma turma do ensino médio da rede pública de ensino.

Com o título *Educação Patrimonial, História Local e Ensino de História: uma proposta para o trabalho docente*³⁹, Acioli Gonçalves da Silva Júnior, a partir do patrimônio cultural da cidade de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, buscou refletir as possibilidades e os desafios da educação para além do espaço escolar, utilizando os aportes da Educação Patrimonial. Apesar de reconhecer o patrimônio enquanto um campo conflituoso e as divergências políticas, metodológicas e interpretativas que giram em torno dessa área, o autor segue as quatro etapas metodológicas do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), das autoras Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro. Como produto, o autor propôs um roteiro histórico da cidade para auxiliar os docentes em suas atividades em sala de aula e em visitas aos bens culturais do município.

Jorge Luis de Medeiros Bezerra, em sua dissertação *Educação Patrimonial: Novas Perspectivas para o Ensino de História*⁴⁰, buscou evidenciar a viabilidade da metodologia da Educação Patrimonial no ensino de História a partir de uma ação didática, com alunos do SESI, nos espaços do Mercado Público Municipal da cidade de Araguaína, em Tocantins. Alicerçando a sua metodologia nas recomendações do Guia de Educação Patrimonial proposto por Horta e Grunberg, o autor procurou compreender de que forma diferentes lugares podem ser aproveitados como recursos, a partir da Educação Patrimonial, tornando, assim, o ensino de História significativo, reflexivo e crítico para alunos e professores.

³⁸ SOUZA, M. L. **O Palácio da Instrução e o Patrimônio Histórico De Cuiabá-MT: Cidade, Territorialidade e Educação Patrimonial**. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Cuiabá, 2018).

³⁹ SILVA JUNIOR, A. **Educação Patrimonial, História Local e Ensino de História: uma proposta para o trabalho docente**. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

⁴⁰ BEZERRA, J. L. M. *Educação Patrimonial: novas perspectivas para o ensino de História*. 2016, 108 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173172>. Acesso em: 18 abr. 2021.

Por fim, intitulada “*Festa do lixo*” na *Fazenda Grande do Retiro, Salvador-Ba: um patrimônio cultural imaterial e seu caráter político-pedagógico* de autoria de Ana Paula da Silva Santos.⁴¹, essa dissertação foi a que mais contribuiu na construção dessa pesquisa, visto que o seu trabalho atende aos critérios metodológicos pensados para essa pesquisa de utilização da pesquisa participante, do uso de variadas fontes e, sobretudo, de uma proposta de educação patrimonial para o ensino de história numa perspectiva dialógica, reflexiva e crítica, estimulando os estudantes à leitura do mundo à sua volta.

Inserida na linha de pesquisa Saberes Históricos em diferentes espaços de memória, a autora desenvolveu uma metodologia de educação patrimonial na escola Dom Avelar Brandão Vilela, envolvendo cerca de 50 estudantes da EJA, Eixo V, equivalente ao 8º e 9º anos do ensino fundamental, cujo objetivo principal foi identificar a “Festa do Lixo” como patrimônio cultural imaterial do bairro onde sua escola está localizada e valorizá-la como conteúdo de ensino e aprendizagem no ensino de história. A autora ainda buscou, entre outros objetivos, inserir as discussões desse evento no contexto histórico da época, a ditadura civil-militar, destacando o aspecto político e pedagógico do movimento.

Utilizando a metodologia da pesquisa participante, na qual a sua própria prática serviu como fonte de conhecimento, a autora apresenta uma proposta construída coletivamente com a participação de várias disciplinas e diferentes sujeitos, entre discentes, docentes, funcionários da escola e comunidade escolar, no processo educativo. Ao pensar a pesquisa, Santos tomou como base a metodologia dos círculos de cultura, idealizada pelo educador Paulo Freire, a qual ela renomeou de “rodas de conversas”, atuando como mediadora do processo de ensino e aprendizagem, promovendo um ensino dialógico de valorização das experiências vivenciadas pelos participantes da pesquisa e valorizando-os como protagonistas e construtores da história. No desenvolvimento da ação pedagógica, a autora lançou mão de um rico acervo de fontes bibliográficas, jornalísticas, documentais e orais.

A autora conclui destacando a relevância do trabalho no sentido de contribuir para um ensino de História para a formação de sujeitos participativos no processo de ensino e aprendizagem e críticos da realidade em que estão inseridos, ao reconhecerem-se sujeitos históricos e compreenderem a Festa do Lixo como movimento político, cultural e social na história do bairro. (SANTOS, 2019, p. 93).

Ao analisar as dissertações mencionadas acima foi possível perceber os aspectos que

⁴¹ SANTOS, A. P. S. “**Festa do Lixo**” na **Fazenda Grande do Retiro, Salvador-BA: um patrimônio cultural imaterial e seu caráter político-pedagógico**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

coadunavam com essa pesquisa, assim como os aspectos que se distanciavam, principalmente as que utilizavam o Guia Básico de Educação Patrimonial como referencial metodológico, visto que nossa pesquisa caminhou no sentido de superar a metodologia preconizada por esse manual de uma educação patrimonial com objetivos instrutivista e preservacionista de forma acrítica e despolitizada.

A Educação Patrimonial atualmente é um conceito bastante difundido e conhecido nos quatro cantos do Brasil. A expressão Educação Patrimonial surge no país em 1983, no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado pelo Museu Imperial, localizado em Petrópolis, no Rio de Janeiro, inspirado no modelo *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1999, o IPHAN, a partir das ações aplicadas no Museu Imperial, lançou o Guia Básico de Educação Patrimonial, formulado por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), que passou a fazer parte da política oficial do órgão nas ações centradas em torno do patrimônio em todo o país. Sendo assim, por muito tempo, esse campo de ação foi referenciado pelo Guia, que define a Educação Patrimonial como um instrumento de “alfabetização cultural”, propondo uma metodologia baseada em quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação, cujo objetivo é o conhecimento do bem cultural e, conseqüentemente, a sua valorização.

Contudo, vários estudiosos e pesquisadores do tema, como Tolentino (2016), Scifone (2015) e Demarchi (2016) vêm se posicionando contrários a vários aspectos apresentados no Guia Básico e difundidos como verdades absolutas sobre a Educação Patrimonial. Entre as discussões, está a ideia que vincula o surgimento da Educação Patrimonial no Brasil às atividades desenvolvidas pelo Guia. Para Chagas (2006, p. 5), um dos precursores dessa discussão, a

[...] tentativa de estabelecer um marco zero para a ‘educação patrimonial’, fixando uma data de nascimento (1983), uma cidade (Petrópolis), um museu e uma determinada maternidade ou paternidade, não tem respaldo no cotidiano dos praticantes da assim chamada ‘educação patrimonial’.

Chagas (2006) destaca ainda que a educação patrimonial, apesar da inexistência do termo, já era desenvolvida em museus desde o século XIX, ou seja, bem anteriormente a esse marco que se consolidou em torno do seu surgimento.

Outro ponto do Guia que é alvo de constantes críticas por parte dos estudiosos do campo do patrimônio é a ideia de uma educação patrimonial como alfabetizadora cultural do outro. A educação patrimonial, por essa lógica, “é vista como transmissão de informações,

com fim de conscientizar e levar ‘luz’ do conhecimento à população” (TOLENTINO, 2019, p. 145). Essa ideia resume as ações educativas por meio do patrimônio a meras reprodutoras de informações, relegando aos sujeitos apenas o papel de receptores dessas informações, ao modelo de “educação bancária” denominada por Freire. Nessa concepção pedagógica criticada por Freire, o processo educativo se caracteriza pela passividade do educando que, vazio de saberes, são preenchidos de conhecimento pelo educador. Nesse modelo de educação criticado por Freire, “em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem”. (FREIRE, 1987, p. 33) Contrapondo a essa concepção de educação depositária de informações, Freire (1987) defende uma educação libertadora, problematizadora, em que o educador, ao invés de “depositar”, “narrar”, “transferir” e “transmitir” os saberes socialmente construídos, atue como um mediador, numa relação dialética em que ambos os envolvidos nos processos educativos ensinam e aprendem simultaneamente, numa relação de mão dupla, na qual “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos”. (FREIRE, 1987, p. 39).

A Educação Patrimonial, reconhecida o seu potencial como prática educativa, vem, atualmente, ampliando seus espaços de atuação, operando em diferentes territórios. Essa mudança está diretamente relacionada às novas discussões em torno do seu papel na educação e à ampliação do seu conceito. Segundo o IPHAN

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (EDUCAÇÃO Patrimonial, IPHAN, 2014)

No entendimento desse novo conceito definido pelo IPHAN, diversas críticas são proferidas a uma Educação Patrimonial centrada única e exclusivamente nos bens de natureza material, os chamados bens de pedra e cal, edificações e monumentos históricos consagrados pelos órgãos oficiais de proteção. O docente, ao se restringir a essas categorias de bens, “pode-se conduzir os/as alunos (as) a equívocos sobre a própria concepção de história e sedimentar a ideia de que a memória histórica deve ater-se apenas a determinadas esferas de poder.” (BITTENCOURT, 2009, p. 279). No entanto, a grande questão que gira em torno do trabalho com os patrimônios tombados pelos órgãos de proteção não está em utilizá-los nos processos educativos, mas de limitá-los a eles mesmos, encerrando-os em “bens de pedra e

cal”, e de utilizá-los de forma objetivada e fetichizada, como um fim em si mesmo, de forma acrítica e meramente instrutivista. São objetos, espaços de grande potencial educativo e que não devem ser descartados, sob o risco de termos nossa história, nossa ancestralidade apagada ou, o que é tão ruim quanto, contada de maneira irresponsavelmente elitista e irreal. Assim, se não devem ser desprezados, negados ou relegados a segundo plano, qual tratamento deve ser conferido aos bens patrimoniais de natureza material? Como devemos utilizá-los em nossas práticas educativas?

Scifone (2015) defende um novo olhar frente a esse tipo de patrimônio. A autora, ao citar Walter Benjamin, pontua que devemos ter “um olhar a contrapelo, uma postura crítica que coloque em evidência, neste passado, aquilo que se buscou ocultar”. Da mesma forma, Tolentino (2019) afirma ser imperativo fazer ressurgir as vozes emudecidas pelo patrimônio cultural (2019, p. 147) no processo de construção do passado pelos grupos hegemônicos e dominantes. Desse modo, considerando esses monumentos como triunfo dos discursos dos vencedores e como objetos de ocultamentos, silenciamentos, Scifoni (2015) aponta novos caminhos, novas formas de abordagem, de tratamento e compreensão do patrimônio cultural material, sendo necessário

[...] compreender o caráter contraditório inerente aos bens culturais, uma vez que eles são produto tanto do gênio criador, como da força de trabalho empregada em sua construção, sujeitos sociais anônimos e nunca celebrados, considerados, pois, de importância menor. (SCIFONI, 2015, p. 202).

Nesse sentido, a utilização da educação patrimonial associada ao ensino de História pode se configurar como um processo bastante eficaz na solução dos problemas de caráter didático-metodológicos enfrentados pelos professores de História, em sala de aula ou fora dela, no uso dos bens patrimoniais de natureza material. Cabe ao professor, a partir do patrimônio, sensibilizar os estudantes no sentido de motivá-los a compreender, como afirma Albuquerque Muniz (2019), as relações de poder que envolvem o ato de denominar algo um patrimônio e refletir sobre o caráter, muitas vezes, violento do ato de patrimonializar, que muitas vezes visa à legitimação do poder de determinados segmentos da sociedade. Nesse sentido, a finalidade da educação patrimonial deve ir além da concepção de conhecer-preservar, sob o risco de despolitizar o patrimônio e as discussões sobre o seu papel no campo da educação. (SCIFONE, 2019, p.25).

O ensino e a aprendizagem em História exigem que professores e alunos compreendam o patrimônio como palco de disputas, memórias e escolhas, não devendo ser

concebido de forma ingênua e neutra, mas submetido à crítica. Portanto, é imprescindível um ensino de História que, à luz da educação patrimonial, problematize o patrimônio, que leve em consideração essa complexidade, que atente para “o universo conflituoso no qual o patrimônio se vê emerso, explicitando os interesses e tensões que estão no coração das políticas de preservação”. (SCIFONE, 2019, p. 26).

Coadunando com as concepções de patrimônio e Educação Patrimonial discutidas, o tratamento dado ao patrimônio da Casa da Torre de Garcia d’Ávila, nesse trabalho, visa romper com a visão de uma história consagrada pela ação de heróis, que nega muitas vezes os conflitos, as opressões e violências que marcaram a construção de sua trajetória. Desse modo, a concepção defendida prima por uma abordagem desse patrimônio, não como um bem que se limite ao seu caráter arquitetônico e monumental, que seja um fim em si mesmo, mas a partir de uma leitura a contrapelo, inserindo-o no contexto das relações sociais que caracterizaram o seu processo de formação enquanto monumento nacional e representativo de uma memória oficial, no cenário de conflitos que resultaram na expropriação de terras das populações locais, na escravização de povos indígenas e africanos, no extermínio de populações indígenas inteiras e o constitui em um monumento de cultura, mas sobretudo, de barbárie, localizado no contexto colonial da América Portuguesa.

3.3 A História Local e o Ensino de História

Nas escolas brasileiras verificamos, com frequência, o desinteresse e a apatia dos estudantes em relação às aulas de História. São comuns os relatos, por exemplo, de que a história é “chata”, de que só fala do passado, de que os conteúdos não servirão para nada. Estas situações fazem com que os/as estudantes requeiem a história às últimas posições nas listas de preferências entre as disciplinas. Diante desse quadro desanimador e preocupante, convém fazermos alguns questionamentos: de onde se origina esse desinteresse? Quais motivos levam os/as alunos (as) a valorizar outras disciplinas em detrimento da História?

Algumas das razões dessa visão sobre a História, enquanto disciplina escolar, estão diretamente ligadas ao modelo de ensino baseado na História tradicional positivista, que dominou o século XIX. Segundo Fonseca,

A história tradicional positivista utiliza como fontes o estudo de documentos oficiais e não oficiais escritos (leis e livros); também valoriza os sítios arqueológicos, as edificações e os objetos de coleções e de museus como moedas e selos. Os sujeitos da história tradicional são grandes personalidades políticas, religiosas e militares. São reis, líderes religiosos, generais, grandes empresários. São atores individuais, heróis que geralmente aparecem como construtores da história. Assim, a história

tradicional estuda os grandes acontecimentos diplomáticos, políticos e religiosos do passado. Privilegia o estudo dos fatos passados que são apresentados numa seqüência linear e progressiva. (FONSECA, 2001, p. 41)

A metodologia de ensino numa perspectiva tradicional positivista fundamenta-se basicamente na aula expositiva, na qual os estudantes são meros receptores passivos e contemplativos. Ela pauta-se pelo uso quase que exclusivo de documentos escritos e na memorização e reprodução como formas de os estudantes apreenderem o conhecimento histórico. Nessa concepção de história, não há espaço para outros grupos sociais e, conseqüentemente, outras experiências humanas. Assim, outras histórias são silenciadas e negligenciadas pelas matrizes curriculares adotadas nos estabelecimentos escolares.

É na perspectiva da história tradicional positivista que se insere, em sua maioria, a historiografia que aborda a Casa da Torre como objeto de estudo. São narrativas que privilegiam a ação dos poderosos proprietários de terras e escravos, os Ávilas, como heróis da nação, grandes personagens de fatos considerados “memoráveis” e, por conseguinte, construtores da história. Assim, uma transformação curricular na educação básica, que atue na formação de estudantes críticos, que se percebam como seres históricos e cidadãos da realidade social em que estão inseridos, está diretamente relacionada à superação da visão tradicional e hegemônica positivista contida nas matrizes curriculares.

Esse cenário de hegemonia da concepção positivista da história e seus reflexos no ensino de História começam a mudar a partir do surgimento na França, por volta de 1929, do movimento denominado *Escola dos Annales*, que possibilitou uma renovação no campo historiográfico. Apoiados na Nova História, a historiografia abriu espaço para outras histórias, como as das mentalidades, do imaginário, do cotidiano, dando visibilidade a temas que outrora tinham sido marginalizados, negligenciados e também visibilizando sujeitos antes excluídos, ou simplesmente relegados a papéis secundários na historiografia tradicional.

É justamente a partir dessa renovação no campo da historiografia que a história local vai ganhar espaço como objeto de investigações científicas. No Brasil, o interesse por essa temática ocorrerá a partir das décadas de 70 e 80, com a criação de cursos acadêmicos de História em nível *stricto sensu*, buscando produzir uma historiografia que contemplasse as especificidades locais e regionais (FERNANDES, 1995). Em grande medida, essas especificidades não são contadas na historiografia tradicional, comprometendo, dessa maneira, a formação dos estudantes em seus múltiplos olhares. Vale ressaltar que não queremos desqualificar a produção elaborada até aqui e sim complementá-la de forma crítica e que faça sentido aos estudantes.

A história local vem se destacando na academia como um campo de estudo bastante fecundo, haja vista o crescimento do número de trabalhos acadêmicos que investigam temáticas com diferentes abordagens, visto que o campo oferece múltiplas possibilidades, tanto em relação a temas, análises, como de fontes históricas. No entanto, essa produção ainda fica muito restrita às bibliotecas das universidades, não alcançando os espaços escolares das localidades pesquisadas.

Do ponto de vista mais amplo das políticas públicas educacionais, o município de Mata de São João ainda carece de ações que valorizem a história local, que viabilize medidas para inseri-la no currículo para assim garantir que temáticas de interesse local adentrem o espaço escolar. Essa carência proporciona a impossibilidade desse conteúdo em ocupar um lugar permanente no ensino de História nas escolas do município, ficando excluído do trato pedagógico e do viés de pertencimento dos estudantes, restando, quando muito, uma abordagem nas aulas de forma superficial e descontextualizada.

A história local, portanto, visa romper com a ideia construída e difundida pela concepção tradicional de História de um país homogêneo, sem contradições, sem diferenças sociais relevantes e com um passado único, ao propor o resgate das especificidades e singularidades das localidades e regiões, para além dos espaços geográficos, dando lugar e ouvido “ao homem comum que no seu espaço de vivência local (bairro, comunidade, município, estado, região) produz História, a partir das experiências de vida cotidianas”. (FERNANDES, 1995, p. 46).

Ao propor trabalhar com a história local, Schmidt e Cainelli (2009), porém, apontam algumas questões que precisam ser consideradas. Segundo as autoras,

[...] em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 138).

Logo, o local tem suas especificidades e singularidades, mas não é um território isolado e imune às questões e aos problemas de outras dimensões e, por isso, não deve se constituir como um fim em si mesmo. Ao professor, no trato com a história local, cabe fazer essa interligação entre o local, regional, nacional e, se possível, mundial, no sentido de mostrar aos educandos que o local faz parte de um todo.

O uso do local no ensino de História proporciona um leque de possibilidades como estratégia de ensino e aprendizagem, como nos mostra Fonseca (2006, p. 127):

O meio no qual vivemos traz as marcas do presente e de tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do próximo e do distante. O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas.

E um grande diferencial em se trabalhar com a história local é que o professor “a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos”. (SAMUEL, 1989, p. 220). Ao proporcionar um ensino de História a partir da realidade social do local, o professor possibilita aos estudantes a compreensão de que a História está em diversos lugares, que existem diversos e diferentes espaços de memória.

Sobre a relação entre a memória e a história local, Bittencourt pontua que a

[...] questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares da memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. (BITTENCOURT, 2009, p. 169).

A memória é, então, elemento essencial no trabalho com a história local por possibilitar a construção de identidades. No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que “a memória, entretanto, não pode ser confundida com a história, como advertem vários historiadores. As memórias precisam ser evocadas e recuperadas e merecem ser confrontadas”. (BITTENCOURT, 2009, p. 170). O confronto da memória se faz necessário, visto que “a memória histórica constitui uma das formas mais fortes e sutis da dominação e da legitimação do poder. Neste sentido, os grupos dominantes vencedores na História tentam impor a sua visão e a perpetuação de uma memória da dominação”. (ORÍÁ, 2006, p. 136).

O patrimônio da Casa da Torre se enquadra perfeitamente nessa perspectiva defendida por Oriá (2006), dado que a memória histórica que se formou em torno da Casa da Torre se impôs, e ainda se impõe, a partir de uma visão dos Ávilas como vencedores, que se materializa por meio do monumento tombado. Mas, como sinaliza Bittencourt (2009), a memória não deve constituir a história e, ao professor, ao abordar a Casa da Torre no ensino de História, cabe o papel de fazer emergir dos escombros das suas ruínas os sujeitos excluídos, as histórias escondidas, os conflitos e os diferentes projetos envolvidos no processo de constituição do patrimônio cultural que a história oficial e tradicional tem ocultado. Assim, a utilização da história local no ensino de História mediado pelo patrimônio pode estabelecer

uma interessante articulação dos conteúdos históricos com a realidade cultural dos estudantes e produzir conhecimentos históricos em nível local, regional e nacional, favorecendo aos/às alunos (as) a possibilidade de melhor compreenderem o cenário das suas vidas e contribuir, assim, para que estes adquiram um conhecimento histórico e se apropriem dos bens patrimoniais em seu entorno, não com um olhar meramente contemplativo, mas com uma visão questionadora, indagadora e crítica acerca desses patrimônios, como é o caso da Casa da Torre aqui discutido.

4 - A CASA DA TORRE NA HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

No universo educacional brasileiro, o ensino de História na educação básica, em especial no ensino fundamental, tem como estrutura fundamental os fatos que marcaram época em cada período histórico. Contudo, a especificidade do trato com o conhecimento é direcionada para aqueles que detêm o poder socioeconômico e sociopolítico. A forma de socializar o conhecimento histórico para os estudantes, quase sempre a partir do colonizador, dificulta a compreensão de como o processo de luta dos povos subalternizados foi complexo e violento.

Problematizar a História com múltiplos olhares é tarefa de grande valor social e político, pois os fatos e acontecimentos históricos do passado estão representados em monumentos históricos, objetos, paisagens e museus, mas também nas ruas, nas pessoas, na música, na dança, vestuários etc., ou seja, na cultura, produzindo, portanto, um patrimônio cultural material e imaterial. O conjunto desse patrimônio se apresenta como possibilidade para o ensino de História e socialização do conhecimento a ser utilizado nos estabelecimentos escolares. Resgatar para contextualizar e problematizar nas aulas, fatos e sujeitos históricos que são omitidos pela história oficial significa apresentar aos estudantes diferentes perspectivas da realidade histórica, mostrando a relevância do seu significado e importância para o desenvolvimento crítico de sujeitos sociais.

Oportunizar aos estudantes o acesso ao patrimônio cultural através do ensino de história, com o devido trato pedagógico problematizador, por envolver questões sociopolíticas, econômicas e culturais a fim de que compreendam os processos históricos que influenciam as relações atuais, pode se constituir como um dos elementos fundamentais de emancipação e resistência, por meio da Educação Patrimonial, no ensino de História. É nessa perspectiva que apresentamos uma proposta de Educação Patrimonial no ensino de história a partir da aula-oficina ou aula histórica (BARCA, 2004), na qual apresentamos aos estudantes, por meio dos bens culturais, uma história que a escola não conta, tendo como tema a produção do patrimônio da Casa da Torre de Garcia d'Ávila.

A estratégia de ensino-aprendizagem definida para a proposta didática tem como referência o modelo desenhado pela historiadora portuguesa Isabel Barca, que visa romper com os modelos tradicionais de aulas, nas quais os professores atuam como detentores exclusivos do conhecimento e as/os estudantes unicamente como meros receptores desses

conhecimentos:

[...] se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus alunos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe. Neste modelo, o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação. (BARCA, 2004, p. 133)

No modelo educativo de aula-oficina, as e os estudantes atuam como agentes da sua formação, do seu próprio conhecimento, cabendo ao professor, a partir das ideias prévias e das experiências múltiplas de cada um, atuar como um investigador social e organizar atividades problematizadoras por meio de variados recursos e instrumentos pedagógicos. Além de diversificadas, as atividades propostas para uma aula-oficina devem ser intelectualmente desafiadoras, com o objetivo de propiciar uma aprendizagem histórica que seja significativa para as/os estudantes.

A proposta de aula-oficina apresentada a seguir foi planejada para as turmas do 9º ano, compostas por estudantes com idades entre 14 e 15 anos. A escolha destas turmas justifica-se pelo fato de os/as estudantes já terem estudado, nas séries anteriores, os acontecimentos da história do Brasil colonial e imperial, dos quais a historiografia destaca a participação da Casa da Torre. Assim, considerando os estudos anteriores, em que a Casa da Torre esteve incluída, o/a professor/a pode estabelecer a relação entre conteúdos estudados e a trajetória da Casa da Torre, numa perspectiva crítica.⁴²

As propostas das oficinas devem ser desenvolvidas em diferentes momentos, sendo cada momento de duas aulas ou três aulas de 50 minutos cada. No entanto, levando em consideração que cada espaço escolar tem suas próprias especificidades e demandas, a carga horária pode ser ampliada de acordo com as necessidades surgidas ao longo do processo do desenvolvimento do trabalho, assim como novos métodos e técnicas podem ser agregados de acordo com a dinâmica da atividade. No processo de desenvolvimento das aulas-oficinas serão utilizadas análise e interpretação de fontes, a partir da visita ao espaço onde está localizado o monumento, leitura de textos e análises de imagens acerca do monumento e história da Casa da Torre, que deverão ser apresentados aos/às estudantes por meio de data

⁴² O contexto da pandemia alterou o plano inicial que era o de aplicação da proposta e posteriormente a análise dos dados obtidos, e só será possível a sua aplicação quando as condições forem propícias ao retorno das atividades de visita ao monumento da Casa da Torre.

show, textos e/ou imagens xerocopiadas. Para cada aula-oficina, com exceção da última por ser uma atividade mais extensa, deverão ser utilizadas duas aulas, por considerar tempo suficiente para a execução das atividades.

4.1 A dimensão propositiva

| | |
|--------------------------|------------------------|
| SÉRIE/ANO: 9º ano | TEMPO: 15 aulas |
|--------------------------|------------------------|

| |
|--|
| RECURSOS: Datashow, Textos xerografados, imagens. |
|--|

| |
|---|
| ESTRATÉGIAS: Leitura de textos e imagens, visitação guiada ao parque histórico da Casa da Torre, exposição dialogada, análise de fontes escritas, visuais e materiais. |
|---|

| |
|--|
| <p>OBJETIVO GERAL: Analisar o patrimônio da Casa da Torre a partir de uma postura problematizadora.</p> |
|--|

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mobilizar os conhecimentos históricos dos (as) alunos (as) sobre a história da Casa da Torre;
- Estimular o estudo sobre a História Local a partir da história da Casa da Torre.
- Identificar os sentidos que os/as estudantes atribuem ao patrimônio da Casa da Torre.
- Analisar criticamente as políticas preservacionistas no Brasil, a partir do tombamento das ruínas da Casa da Torre.
- Incentivar a produção do conhecimento histórico a partir da análise de fontes históricas.

METODOLOGIA

| | |
|-------------------|---|
| 1ª Oficina | Duração: 02 aulas |
| Objetivo | Identificar os conhecimentos dos/das estudantes acerca de alguns conceitos importantes no trabalho com patrimônio cultural. |
| 1º momento | <p>Solicitar que os/as alunos (as) inicialmente definam com suas palavras o que entendem sobre os conceitos abaixo.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Patrimônio Cultural b) Monumento Histórico c) Memória d) Tombamento e) IPHAN f) Patrimônio Material g) Patrimônio Imaterial |
| 2º momento | Em seguida o/a professor (a) solicita que as/os estudantes socializem as suas respostas para os demais colegas da turma; ao identificar as limitações acerca dos conhecimentos dos/as alunos (as) sobre os conceitos, o/a professor (a) deverá apresentar as definições por meio de exposição dialogada através do Datashow. Na inexistência deste, o/a professor (a) deve levar a definição desses conceitos na forma de texto xerocopiado, entregar aos/às estudantes e em seguida iniciar a exposição dialogada. |

| | |
|-------------------|---|
| 2ª Oficina | Duração: 02 aulas |
| Objetivo | Fazer um levantamento dos conhecimentos prévios dos (as) estudantes sobre o monumento da Casa da Torre e sua história. |
| 1º momento | Fazer uma visita ao parque histórico no qual está localizado o monumento da Casa da Torre, observá-lo, assim como o seu entorno e, em seguida, solicitar que os/as estudantes respondam às questões a seguir, de preferência ainda no local da visita. A ficha com as questões pode ser entregue aos (às) alunos (as) |

| | |
|-------------------|---|
| | <p>impressa.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Esse monumento representa algo para você? Explique. 2. O que chamou a sua atenção nesse espaço? 3. Para que você acha que servia esse edifício? Por que ele teria sido construído nesse lugar? 4. Quem você acha que construiu esse edifício? 5. Em sua opinião que importância esse edifício teve para as pessoas de sua época e que importância ele tem para as pessoas de hoje? 6. Você já ouviu falar de sujeitos e situações do passado relacionados a esse monumento? Cite-os 7. Qual ou quais relações esses sujeitos e/ou situações do passado têm com seu dia a dia? |
| 2º momento | Ao concluírem a atividade, o/a professor/a, no papel de mediador, promove uma roda de conversa para que as/os estudantes compartilhem com os demais colegas as suas considerações acerca do que foi solicitado. |

| | |
|-------------------|--|
| 3ª Oficina | Duração: 02 aulas |
| Objetivos | <p>Problematizar historicamente a placa informativa de entrada no que se refere às informações sobre sujeitos, agências e marcos.</p> <p>Discutir a ideia do caráter feudal da colonização do sertão nordestino reforçado na placa informativa e a dimensão territorial do latifúndio.</p> <p>Discutir os sentidos de medievalidades da historiografia associados à Casa da Torre.</p> <p>Problematizar os silenciamentos estratégicos de sujeitos e grupos sociais contemporâneos à Casa da Torre, como indígenas, africanos, africanos</p> |

| | |
|--|---|
| | escravizados, vaqueiros e posseiros. |
| 1º momento | Dividir a turma em grupos, em seguida apresentar e distribuir as fontes 1, 2, 3, 4, 5 e 6 impressas para as/os estudantes e solicitar que façam a leitura das mesmas. |
| Fonte 1 – Placa informativa localizada na entrada do parque da Casa da Torre. |  <p>Fonte: foto de arquivo pessoal tirada em 15/02/2019.</p> |
| Fonte 2 | <p>“A Casa da Torre constituiu um caso emblemático, no qual a feudalidade essencial da colonização do Nordeste mais claramente se manifestou. Sucessivas gerações dos senhores da Torre de Garcia d’Ávila não apenas conquistaram os sertões, à frente de suas tropas, como, por três séculos detiveram o domínio econômico, político e militar sobre uma extensão territorial mais vasta do que a de muitos reinos da Europa: cerca de 300.000 km² de extensão.”</p> <p>BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Aspectos feudais da colonização do Brasil. In O Feudo – A Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil. – 2ª ed. revista e ampliada. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 50, 2007.</p> |
| Fonte 3 | “Segundo Fonseca, a estrutura de construção da Casa não obedecia à técnica de uma moderna fortificação nos padrões à época vigentes, uma vez que não se destinava a combates de maior poder de fogo contra estrangeiros, mas à |

| | |
|----------------|--|
| | <p>resistência contra possíveis ataques indígenas, carentes de maior poder bélico, o que tornaria desnecessária a construção de uma estrutura militar de maior porte. Por fim, seu estudo, apesar de destacar a imponência da construção, desmistifica algumas afirmações grandiloquentes feitas sobre a mesma: “O conjunto magnífico construído por Garcia d’Ávila, o Velho, não pode ser confundido com um castelo medieval, pois foi desde o início, edificado para servir de Torre.”</p> <p>PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. A tradição das ruínas. In <i>As ruínas da tradição: A Casa da Torre de Garcia d’Ávila – Família e propriedade no nordeste colonial</i>. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 96, 2017.</p> |
| Fonte 4 | <p style="text-align: center;">PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ Bertold Brecht (1898-1956)</p> <p style="text-align: center;">Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas? Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras? E Babilônia, tantas vezes destruída, quem a reconstruía sempre? Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a edificaram? No dia em que a Muralha da China ficou pronta, para onde foram os pedreiros? A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo: quem os erigiu? Quem eram aqueles que foram vencidos pelos césares? Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores? Na legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados continuaram a dar ordens a seus escravos.</p> <p>Disponível em https://torredahistoriaiberica.blogspot.com/2007/09/bertolt-brecht-1-perguntas-de-um.html. Acesso em 12 nov. 2020.</p> |

Fonte 5



Foto de arquivo pessoal - 2019

Fonte 6



Foto de arquivo pessoal - 2019

2º momento

Solicitar que os/as estudantes, em dupla, respondam às questões a seguir:

1. O que chamou a sua atenção na Fonte 1?
2. Como você analisa a relação entre as fontes 2 e 3?
3. Como você analisa a relação entre as fontes 1, 2 e 3?

| | |
|-------------------|--|
| | <p>4. A Fonte 2 concorda ou discorda da fonte 1? Em quais aspectos?</p> <p>5. A fonte 3 concorda ou discorda das Fontes 1 e 2? Em quais aspectos?</p> <p>6. Com qual ou quais das fontes você concorda? Por quê?</p> <p>7. O que o autor da Fonte 4 está criticando?</p> <p>8. O que chamou a sua atenção nas fontes 5 e 6?</p> <p>9. Você já ouviu falar da participação dos povos citados nas fontes 5 e 6 na História da Casa da Torre? De que forma?</p> <p>10. Em sua opinião, podemos fazer alguma relação entre os personagens citados na Fonte 1 e nas Fontes 4, 5 e 6? Em qual (is) aspecto(s)?</p> |
| 3º momento | Ao final da atividade, o/a professor (a) promove uma roda de conversa para que as/os estudantes compartilhem com os demais colegas as suas considerações e faz a mediação da discussão a partir dos objetivos de cada fonte. |

| | |
|--|---|
| 4ª Oficina | Duração: 02 aulas |
| Objetivos | <p>Refletir sobre o caráter violento e opressor praticado pela Casa da Torre na conquista dos sertões nordestinos, assim como nas relações com os sujeitos subalternizados.</p> <p>Fazer um contraponto à fonte 5, destacando o caráter conflituoso e tenso das incursões da Casa da Torre pelo sertão nordestino.</p> <p>Refletir sobre o caráter violento e opressor praticado por membros da família Ávila contra os sujeitos subalternizados nas relações cotidianas.</p> |
| 1º momento | Dividir a turma em dupla e distribuir os textos das fontes 5 e 6 e solicitar que os/as estudantes façam a leitura. |
| Fonte 7 - Os Ávilas e a conquista | “Aos bandeirantes do ciclo baiano devem-se a exploração e colonização do Nordeste. O S. Francisco e grande parte dos territórios de Pernambuco, Piauí, Maranhão e Ceará foram devassados pelos nossos intrépidos sertanistas. E, quase sempre, a iniciativa e o êxito de tão grandes empresas os levaram à Casa da Torre, a |

| | |
|---|---|
| <p>do Nordeste.</p> | <p>mais audaz e poderosa do Brasil colonial. Os Ávilas, além de se afoitarem, pessoalmente, ao mais longínquo sertão, ordenaram, sob a direção de subordinados seus, entradas de que resultariam excelentes descobertas. Muitos dos melhores bandeirantes do Sul e outros do Norte estiveram ora sob o controle direto dos senhores da Torre, ora associados às expedições que estes organizaram.</p> <p>Acresce, para seu elogio, que os Ávilas foram, antes do mais, criadores de gado, isto é, colonizadores e civilizadores por excelência. Abriram as melhores estradas do Norte. E é justo dizer-se que os seus currais tornaram-se, muitos deles, centros de capital importância econômica, sobretudo os que se disseminaram pelo S. Francisco, o rio que Capistrano chamou "condensador da população".</p> <p>O bandeirante baiano (e o da Torre em primeira plana) não foi como outros, despovoador, levado pela exclusiva cobiça de “descer peças” ou trazer pedras; soube, melhor, radicar-se na terra desvirginada, alastrando-a de currais, lavrando-a, amando-a na fazenda que emergia do agreste.</p> <p>O bandeirismo do Norte encontrou nos Ávilas as suas figuras extraordinárias (“...); ninguém pode diminuir ou escurecer a extensão, a segurança e o brilho das conquistas da Casa da Torre.”</p> <p>GODOFREDO FILHO. A Torre e o Castelo de Garcia d’Ávila. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, p. 251-253, 1939.</p> |
| <p>Fonte 8 - Expansão da pecuária e guerra nos sertões</p> | <p>“Acompanhamos as pegadas do inimigo, que foi encontrado nesse pequeno lago, ou brejo, no interior da terra. Estava quase sem armas e morto de fome. Renderam-se todos, sob a condição de que se lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois os mataram, a sangue frio, todos os homens de armas, em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres. Por minha felicidade, não assisti a essa carnificina; não a teria suportado, por injusta e cruel, depois de se haver dada a palavra de que lhes seria poupada a vida.”</p> <p>PESSOA, 2017, p. 233-243 apud PE. MARTINHO DE NANTES, 1979, p. 53</p> <p>“O coronel Dias de Ávila, sob pretexto de que o rei de Portugal lhe havia doado todas as terras devolutas do rio de São Francisco, a fim de povoá-las com rebanhos, para o serviço das cidades da Bahia e de Pernambuco, desejava apoderar-se; e na realidade se apoderou; do que o rei excetuava formalmente nas provisões que o</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>contemplavam. De sorte que ele espalhava rebanhos não somente de um, como do outro lado do rio, em terra firme, mas também punha cavalos nas ilhas em que os índios se haviam refugiado, cedendo-lhe tudo o mais para poderem viver em paz... Avisei a Francisco Dias de Ávila, pedindo-lhe, por todos os meios capazes de enternecê-lo, para retirar seus cavalos, pois que reduziam os índios a morrer de fome. Ele apareceu, certo domingo, na região, para ouvir missa e, depois do que lhe expus de viva voz, respondeu-me que o que eu lhe pedia não o incomodava e que por isso não faria nada.”</p> <p>PESSOA, 2017, p. 233-243 apud PE. MARTINHO DE NANTES, 1979, p. 60.</p> |
| <p>Fonte 9 – Trechos de denúncias ao Santo Ofício contra Garcia D’Ávila Pereira de Aragão.</p> | <p>“Que querendo o dito Mestre de Campo Garcia D’Ávila Pereira Aragão ir pescar por seu divertimento, mandou por uma escrava chamada Páscoa a uma lagoa ou rio apanhar isca para a dita pescaria. E por não chegar ao tempo que ele queria, veio para casa e mandou vir uma escada, mandando-a por de alto a baixo, e mandou amarrar a dita crioula na escada com a cabeça para baixo, pés para cima, mandando-lhe meter a cabeça por dentro do derradeiro degrau da escada, ficando-lhe a cabeça ou a testa tocando no chão, e o degrau bem em riba do toutiço (nuca), ficando com a cabeça arqueada, que quase morre afogada ou sufocada, com o degrau que lhe ficava no cangote e dois negros açoitando-a, que, por milagre de Deus, não morreu afogada ou arrenegada com tão desastrado e horrendo castigo.”</p> <p>“Que uma menina de três ou quatro anos, pouco mais ou menos, chamada Leandra, filha de uma escrava sua chamada Maria Pai, a chamou e mandou que se abaixasse e pondo a carinha da pobre menina declinada sobre um fogareiro de brasas acesas, e ele, o dito Mestre de Campo Garcia D’Ávila Pereira Aragão, pondo-lhe uma mão na cabeça para que a menina com o calor não retirasse o rosto do fogo, em cujo tempo começou a abanar o fogareiro e a outra mão ocupada na cabeça da menina, sem ela a poder levantar, estando já a dita menina com o rosto defronte das brasas tão vermelhas e sapecado com as mesmas brasas, ao tempo que veio passando uma mulata, ama de sua casa, chamada Custódia, que vendo aquela heresia, lhe disse, gritando: Que é isso, meu senhor, quer queimar a menina, não faça isso, meu senhor! Então a largou, rindo se como cousa que não fazia nada”.</p> <p>MOTT, LUIZ. Tortura de escravos e heresias na casa da torre. In: Bahia: inquisição e sociedade</p> |

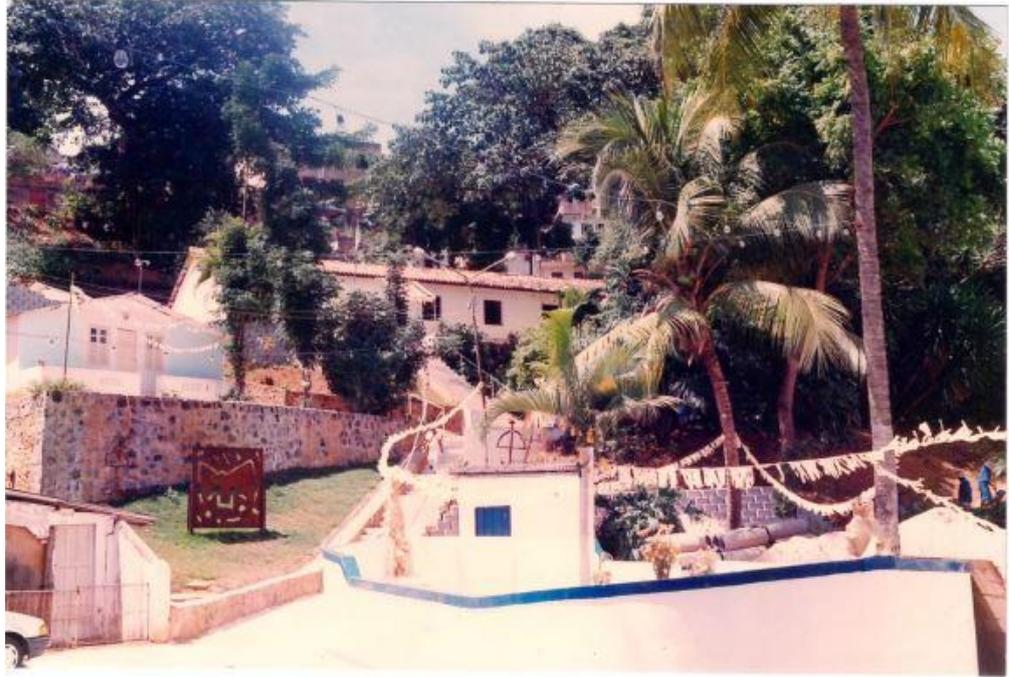
| | |
|-------------------|--|
| | [online]. Salvador: EDUFBA, 2010. p.78/79. Disponível em https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1028/1/BAHIA_Inquisi%C3%A7%C3%A3oesociedade.pdf Acesso em 26 mar. 2021. |
| 2º momento | <p>Solicitar que os/as estudantes em dupla, a partir das fontes, respondam as questões a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é o tema das fontes? 2. Como a fonte 7 descreve a participação da casa da Torre e dos Ávilas na conquista do Nordeste? 3. Como a fonte 8 classifica o papel desempenhado pela Casa da Torre na expansão da pecuária pelo sertão nordestino? 4. Após analisar as fontes 8 e 9, com qual você concorda? Justifique a sua resposta. 5. O que demonstra a fonte 9? 6. Qual é a sua opinião sobre a fonte 9? 7. As fontes têm alguma semelhança ou discordância entre si? Em quais pontos? 8. Como vocês acreditam que seria a sociedade hoje se as pessoas tivessem acesso às histórias dos indígenas e dos negros? 9. Ao ler os textos, destaque as palavras desconhecidas e produza um miniglossário com os significados. |
| 3º momento | Ao final da atividade, o/a professor/a solicita que os/as alunos (as) compartilhem com os demais colegas as suas considerações e fomenta uma discussão a partir da análise das fontes. |

| | |
|-------------------|---|
| 6ª Oficina | Duração: 02 aulas |
| Objetivo | <p>Problematizar a constituição da Casa da Torre enquanto Patrimônio Cultural a partir das políticas preservacionistas implementadas no país.</p> <p>Conhecer as transformações ocorridas no conceito de Patrimônio Cultural.</p> |

| | |
|---|---|
| 1º momento: | Dividir a turma em grupos com 3 componentes e distribuir impressas aos/às alunos(as) as seguintes fontes: |
| Fonte 10 – Ficha patrimonial com informações sobre o tombamento da Casa da Torre | FICHA PATRIMONIAL, NO ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN: Ministério da Educação e Saúde - Artes Eruditas Nacionais - S.P.H.A.N. Série: Arquitetura civil-militar Categoria: Castelo Tombamento sob n.: 47, em: FEV.1938 Designação: Castelo da Torre de Garcia D'Avila Autoria: O velho Garcia D'Avila e Francisco Dias D'Avila, o 1º; Época: Séculos XVI e XVII. A Torre data de 1551; o Castelo, dos primeiros anos de 1600. LIVRO DO TOMBO DAS BELAS ARTES, DA SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DA SECRETARIA DA CULTURA: Obra: Castelo de Garcia D'Avila Natureza: Arquitetura Civil Nº Inscrição: 43; Vol 1, fl. 009 Caráter do Tombamento: Anuência Data de Inscrição: 30.ABR.1938. Disponível em http://www.casadorre.org.br/ . Acesso em 25 de out. de 2020. |
| Fonte 11 – Trecho do Decreto-lei que organizou a proteção do Patrimônio histórico e artístico nacional. | DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, <p style="text-align: center;">DECRETA:</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I</p> <p style="text-align: center;">DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL</p> Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu |

| | |
|--|---|
| | <p>excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.</p> <p>Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em 20 de nov. 2020.</p> |
| <p>Fonte 12 - Trecho do artigo da Constituição que define o que é Patrimônio Cultural</p> | <p style="text-align: center;">Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos</p> <p style="text-align: center;"><u>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988</u></p> <p>Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:</p> <p>I - as formas de expressão;</p> <p>II - os modos de criar, fazer e viver;</p> <p>III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;</p> <p>IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;</p> <p>V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.</p> <p>Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de dez. 2020.</p> |

Fonte 13 –
Terreiro
Casa Branca
do Engenho
Velho -
Salvador
(BA)



Primeiro terreiro tombado pelo Iphan, o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, localizado em Salvador (BA), foi reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro e inscrito nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1984. O tombamento inclui uma área de 6.800 metros quadrados (m²) com edificações, árvores e seus principais objetos sagrados.

Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1636>. Acesso em 20 de mar. 2021.

2º momento

Solicitar que os/as alunos (as) respondam as seguintes questões:

1. Qual o tema das fontes? Que informações elas nos trazem?
2. Quando as fontes 11 e 12 foram escritas?
3. Existe relação entre as fontes 10 e 11? Quais?
4. Analisando as fontes 10 e 11, por quais razões houve o tombamento das ruínas da Casa da Torre? Você concorda? Qual é a sua opinião sobre isso?
5. Analisando as fontes 11 e 12, você consegue perceber mudanças no conceito de Patrimônio? Quais?
6. Qual ou quais relações você consegue estabelecer entre as fontes 12 e 13?
7. Qual a sua opinião em relação ao tombamento do espaço da fonte 13?

| | |
|--------------------|--|
| | <p>Você concorda? Por quê?</p> <p>8. Quais espaços, territórios ou bens da sua comunidade você gostaria que fossem tombados e reconhecidos como Patrimônio Cultural pelo Iphan? Justifique a sua resposta.</p> <p>9. Qual a diferença entre o tombamento de bens culturais materiais e o registro de bens culturais de natureza imaterial? Pesquise.</p> <p>10. Faça uma pesquisa de espaços, bens ou elementos da cultura afro-brasileira que foram reconhecidos pelo IPHAN como patrimônio cultural do Brasil.</p> |
| 3º momento: | O/A professor (a) solicita aos/as alunos (as) que exponham oralmente aos demais colegas as conclusões a que chegaram e depois o/a professor (a) mediará uma discussão acerca das transformações ocorridas no conceito de Patrimônio Cultural. |

| | |
|--------------------|---|
| 7ª Oficina | Duração: 03 aulas |
| Objetivo | Produzir evidências por meio de narrativas dos/as estudantes. |
| 1º momento: | Apresentação da pesquisa solicitada na oficina anterior. O/A professor (a) estimula a discussão e faz a mediação a partir dos dados apresentados. |
| 2º momento: | Atividade para os/as estudantes expressarem o que aprenderam. Ainda hoje quando o assunto é a história da Casa da Torre, sobretudo quando se trata da conquista e colonização do sertão nordestino, os Ávilas se destacam como pioneiros, como personagens primordiais nessa empreitada. Impulsionados por esses feitos conferidos à Casa da Torre, centenas de pessoas de várias partes do mundo visitam anualmente as suas ruínas, onde escutam histórias de bravuras e heroísmo atribuídos a esses conquistadores. Tomando como base o discutido nas aulas: |

| | |
|---------------------------|---|
| | <p>Considere que você exerça a função de um mediador cultural (guia turístico) no local das ruínas da Casa da Torre e elabore um texto com informações sobre o monumento da Casa da Torre para ser apresentado aos visitantes do local. O que falaria aos turistas sobre o monumento da Casa da Torre?</p> |
| <p>2º momento:</p> | <p>Propor que os/as estudantes apresentem as suas produções para os demais colegas, a fim de observarem as transformações ocorridas nos conhecimentos dos mesmos.</p> |

AVALIAÇÃO

Os (As) alunos (as) serão avaliados de forma processual, levando em consideração a participação nas discussões e na realização das atividades propostas durante todo o processo.

PRODUTO FINAL

Os textos produzidos pelos/as estudantes serão organizados em um livreto que deverá ficar disponível na biblioteca da escola para que os demais estudantes tenham acesso.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver e concluir um trabalho acadêmico no momento de crise sanitária mundial causada pela Covid-19, no Brasil, onde mais de 600 mil famílias perderam seus entes queridos deixando mais de 12 mil crianças órfãs, se configura como uma conquista carregada de simbolismo e valorização da formação continuada para professores e professoras que atuam na educação básica em especial no ensino fundamental.

Para nós, educadoras e educadores que estamos sendo atingidos ferozmente com ataques violentos aos direitos conquistados arduamente durante décadas de luta, temos nosso compromisso aumentado na direção de possibilitar uma formação básica que atenda aos interesses dos que mais precisam. Para isso, é preciso desenvolver nos e nas estudantes um pensamento crítico e transformador através dos componentes curriculares como defendeu Paulo Freire, patrono da educação brasileira.

Nesse passo, afirmamos que ensinar história na educação básica tem se configurado em uma atividade repleta de desafios, principalmente considerando a disseminação de notícias e informações falsas através da internet ou de encontros sociais diversos. Esse campo de ensino, ao enfrentar problemas que vão desde questões comportamentais, disciplinares até aprendizagem do conhecimento histórico, exige dos professores e das professoras estratégias que tornem o ensino mais dinâmico e significativo ao universo dos estudantes.

As experiências educacionais que utilizam o patrimônio cultural têm mostrado o seu potencial de produção do conhecimento no campo da educação. No campo do ensino de história, o patrimônio cultural deve ser inserido para além do papel meramente ilustrativo e complementar da narrativa histórica, devendo ser utilizado enquanto documento histórico, numa perspectiva problematizadora, considerando os aspectos políticos e históricos que envolvem a sua constituição enquanto patrimônio consagrado ou não.

Ao trazer enquanto objetivo a inserção da Educação Patrimonial no ensino de História, e apresentar uma proposta de ensino que se distancie da tradicionalidade do processo hegemônico da educação, reafirmamos que o patrimônio cultural não deve ser apresentado como um fim em si mesmo, fetichizado e representativo de um discurso que corrobora com o pensamento de ensinar história de maneira linear evidenciando marcos cronológicos e personagens, e sim, apresente-o de forma que desenvolva o raciocínio crítico das e dos estudantes e a compreensão da relação sobre o tempo histórico e diferentes visões de mundo.

A presente pesquisa nasce, portanto, de reflexões de minha prática enquanto professora de História a partir de algumas inquietações frente ao patrimônio cultural da Casa

da Torre localizado no entorno da escola na qual leciono a mais de 10 anos e da necessidade de se pensar uma proposta de educação patrimonial sobre esse patrimônio para o ensino de história. No entanto, o grande desafio era, como desenvolver uma proposta de educação patrimonial numa perspectiva problematizadora? Para tal, a revisão historiográfica foi de grande importância, principalmente, para a ampliação do arcabouço teórico dessa professora que vos escreve, acerca da história da Casa da Torre e do seu processo de patrimonialização, pondo fim a um dos motivos das dificuldades em se planejar e ministrar aulas sobre o objeto em questão.

Desse estudo nasceu, como dimensão propositiva, uma proposta de educação patrimonial estruturada em aulas-oficinas voltadas para as turmas de 9º ano do Ensino Fundamental, buscando mostrar as potencialidades do uso desse bem como fonte para o ensino de história, problematizando-o frente à novas abordagens e interpretações.

Nas aulas-oficinas apresentadas construímos atividades utilizando fontes que, ao serem confrontadas, possibilitam aos e às estudantes a compreensão do processo de construção de uma tradição que foi edificada em torno da Casa da Torre, a partir de uma visão dos Ávilas como únicos protagonistas, heróis da Nação, cuja materialização se dá por meio do edifício tombado, assim como estimulam nos e nas estudantes um olhar crítico acerca do processo de constituição dos espaços de memória enquanto patrimônio cultural, problematizam os silenciamentos de sujeitos e grupos sociais nos processos históricos e promovem reflexões acerca do caráter violento e conflituoso das incursões da Casa da Torre pelo sertão nordestino contra os sujeitos subalternizados. Além disso, ao compreenderem o território no qual estão inseridos como espaço educativo, provocá-los(las) à curiosidade e estimulá-los(las) à pesquisa objetivando olhares mais reflexivos e críticos.

Assim, concluo essa etapa do trabalho ressaltando o potencial pedagógico da proposta apresentada como uma possibilidade para a utilização do patrimônio cultural no ensino de história, alicerçado na história local, a partir de metodologias de educação patrimonial, no sentido de possibilitar um ensino no qual os/as estudantes atuem como protagonistas no processo de construção do conhecimento histórico. Portanto, a educação patrimonial para o ensino de história é uma possibilidade concreta de aprendizagem na educação básica e no caso de estudos sobre a história da Bahia é reforçada pela sua própria localização e importância na história do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, E. P. A Realização da Empatia Histórica no Ensino e Aprendizagem da História. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**. Curitiba, v. 13, n. 33, p. 109-124, jan./abr. 2018.

AHU. Códice 112, f. 1-9. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5523820/mod_resource/content/1/2.%20Regimento%20do%20Governo-Geral%20%28Tom%C3%A9%20de%20Sousa%29%2C%201548.pdf.

Acesso em 08 abr. 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O ofício do profissional de História no tempo presente. Entrevista concedida a Profa. Dra. Ilanil Coelho (Programa de Pós-Graduação/PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille). **Revista Confluências Culturais**, Santa Catarina, v. 8, n. 3: Memória e patrimônio cultural: espaços e práticas de difusão na contemporaneidade, 2019. Disponível em <http://periodicos.univille.br/index.php/RCC/article/view/200>. Acesso em 28 abr. 2021.

ALVES, S. **Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis – MT**: Orientações Didáticas no Ensino de História. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2018.

AMARAL, E.; ROSADO, R. **Mata de São João**: um registro de memória. Salvador: Gráfica Santa Marta, 2012. 300p.

ASHBY, R. Desenvolvendo um conceito de evidência histórica: as ideias dos estudantes sobre testar afirmações factuais singulares. In: **Educar**. Curitiba: Editora UFPR, vol. Especial, p. 151-170, 2006.

BANDEIRA, L. **O Feudo – A Casa da Torre de Garcia d’Ávila**: da conquista dos sertões à Independência do Brasil. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: Ensaio sobre literatura e história da cultura – Obras escolhidas – vol. 1. Tradução de Sergio Paulo Rounet. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, Eduardo José Santos. **Viver sob as leis da nobreza: A casa dos Pires de Carvalho e Albuquerque e as estratégias de ascensão social na Bahia do século XVIII**. 2015, 309 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2015. Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18782> . Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

CALMON, P. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros. 3ª ed. rev. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CARDIM, Pe. Fernão. **Tratados da Terra e da Gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. pg. 154

CHAGAS, M. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê Educação Patrimonial**, nº 3, jan./fev. 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf Acesso em: 30 mar. 2021.

CHUVA, M. Por uma História da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. In: **História e Patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34, p. 147-164, 2012.

DEMARCHI, João Lorandi. Educação, patrimônio e sujeitos: diálogo democrático. In: **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. TOLENTINO, A.; BRAGA, E. (Orgs.). João Pessoa: IPHAN-PB, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf Acesso em: 23 mar. 2021

EDUCAÇÃO Patrimonial, IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343> Acesso em 30 mar. 21.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um lugar na escola para a História Local**. In: Ensino em Revista, 4 (1): 43-51, jan./dez. 1995.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Memória e ensino de História. In: **O saber histórico na sala de aula**. BITTENCOURT, C. (Org.). 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Luiz Tarquínio: a Companhia Empório Industrial do Norte. In **Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural** / Maria Helena Ochi Flexor, Peter José Schweizer, organização. - Salvador: EDUFBA, 2011. 250 p.

FLORENCIO, S. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: **Caderno do Patrimônio Cultural**. PINHEIRO, A. (Org). vol. 1. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015, p 21-30. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf) Acesso em: 15 mar. 2021.

FONSECA, F. L. **A Torre de Garcia D'Ávila**. p. 53-71. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/universitas/article/download/1051/21664> Acesso em 08 abr. 2021.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História: experiências e reflexões de aprendizados**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2011.

_____, S. G. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. In: **História Oral**, vol. 9, n. 1. Dossiê Amazônia. P. 125-141. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.51880/ho.v9i1.193> Acesso em 10 abr. 21.

FLORÊNCIO, S. et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2. ed. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRONZA, M. **A intersubjetividade e a verdade na aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos**. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GODOFREDO FILHO. **A Torre e o Castelo de Garcia d'Ávila**. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, p. 251-253, 1939.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Trapiches e trapicheiros na dinâmica portuária da Salvador colonial**. In ALVES, Luís Alberto Marques; PEREIRA, Gaspar Martins, orgs. - *Cruzar histórias: I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2017. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15498.pdf>. Acesso em 05 de out. 2021

MATTOZZI, I. Currículo de História e educação para o patrimônio. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, jun. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228717523_Curriculo_de_Historia_e_educacao_para_o_patrimonio Acesso em: 30 mar. 21.

MELO, Lígia da Silva; PEREIRA, Marielle R. **“Um Monumento Morto” às margens de uma História: as ruínas do pontal às margens do Rio Tocantins**. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/60118.pdf>. Acesso em 13/01/2019.

MOTT, Luiz. Tortura de escravos e heresias na casa da torre. In: **Bahia: inquisição e sociedade** [online]. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 64-98. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1028/1/BAHIA_Inquisi%C3%A7%C3%A3oesociedade.pdf. Acesso em: 26 mar 2021.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – Família e propriedade no nordeste colonial**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

RODRIGUES, Ângela Rosch. **A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico**. *Rev. CPC*. São Paulo, n.24, p.9-34, ago./dez.2017. Acesso em 13/01/2019.

RÜSEN, J. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Trad. de Peter Horst Rautmann et al. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

SANTOS, A. P. S. **“Festa do Lixo” na Fazenda Grande do Retiro, Salvador-BA: um patrimônio cultural imaterial e seu caráter político-pedagógico**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In: *Revista Brasileira de História*. São

Paulo. v. 9, nº 19, PP. 219-243, 1989.

SCHMIDT, M. Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História. *Intelligere - Revista de História Intelectual* vol. 3, nº 2, out. 2017.

_____, M.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

_____, M.; CAINELLI, M. As fontes históricas e o ensino de história. In: **Ensinar história**. p. 111-113. São Paulo: Scipione, 2009.

_____, M.; SOBANSKI, A. Competências do Pensamento Histórico. **Coleção Educação Histórica**, v. 2. Curitiba: W.A. Editores, 2019.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. PINHEIRO, A. (Org.). p. 195-206. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

_____, S. (2019). Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, 14(27esp), 14-31. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp14-31>. Acesso em: 22. mar. 2021

SILVA, A. R. **Educação patrimonial no ensino de História: a feira livre como espaço de aprendizagem histórica em Colinas do Tocantins**. 2018. 142f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Araguaína, 2018.

SILVA, Leandro Vieira da. **As cerâmicas da Casa da Torre e do Galeão Sacramento: hierarquia social, ideologia e simbolismo nas práticas alimentares na Bahia colonial**. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.71.2020.tde-06032020-085400. Acesso em: 2021-10-26.

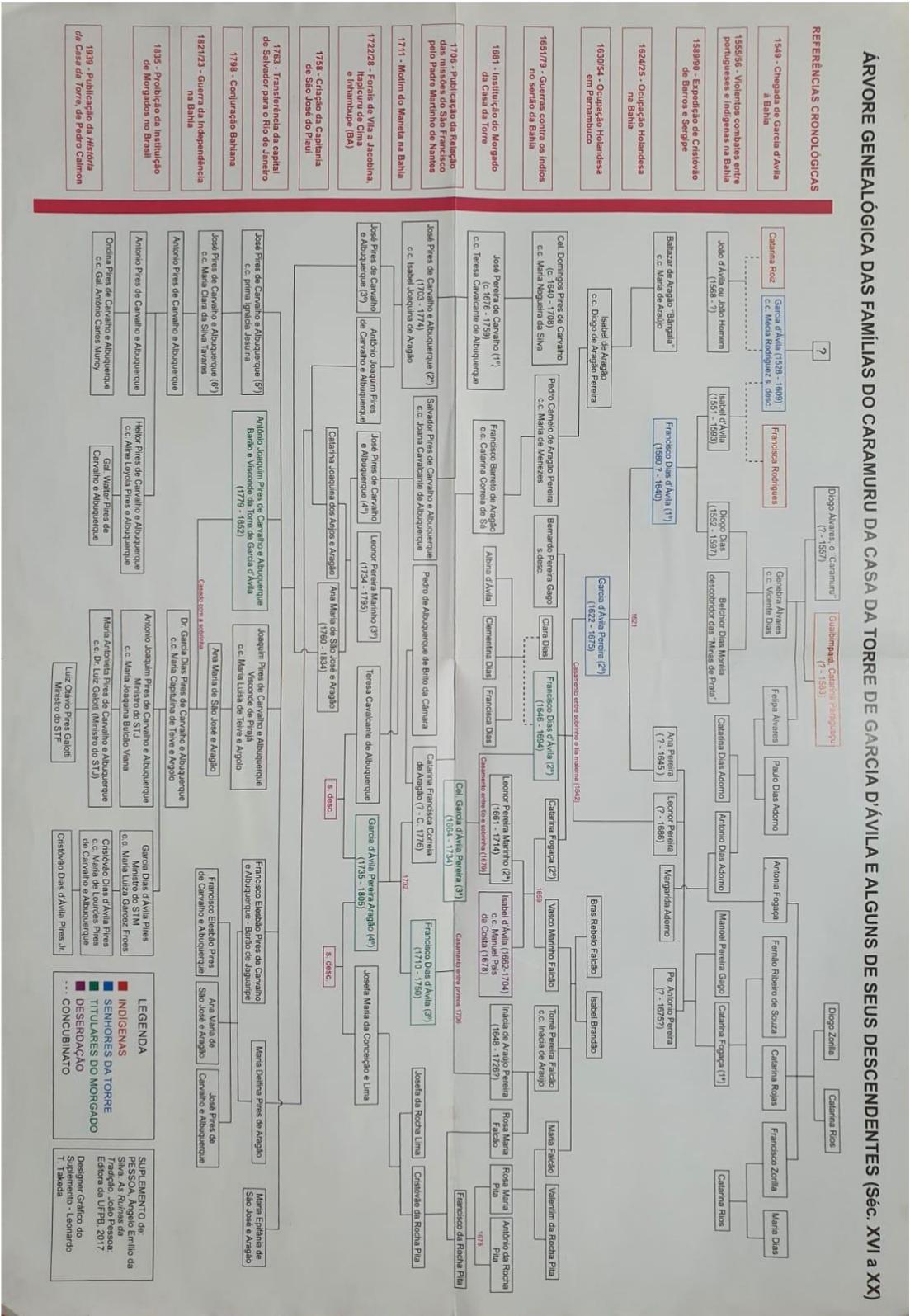
SOUZA, M. L. **O Palácio da Instrução e o Patrimônio Histórico de Cuiabá-MT: Cidade, Territorialidade e Educação Patrimonial**. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Cuiabá, 2018.

TOLENTINO, A. B. Educação Patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Rev. CPC**. São Paulo, vol. Especial, n. 27 especial p.133-148, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/158560>. Acesso em: 22. mar. 2021

_____, A. B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. TOLENTINO, A.; BRAGA, E. (Orgs.). João Pessoa: IPHAN-PB, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf f Acesso em: 23 mar. 2021

ANEXOS

ANEXO 1 – ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA GARCIA D'ÁVILA



Fonte: PESSOA (2017)